



Relatório de Estágio Curricular no Departamento de Investigação e Acção Penal da Comarca de Lisboa Oeste

VÂNIA PATRÍCIA RIBEIRO ANSELMO

Relatório de estágio

com vista à obtenção do grau de Mestre em Direito

Orientadora:

Doutora Teresa Quintela de Brito, Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Março de 2017

Vânia Patrícia Ribeiro Anselmo

Relatório de Estágio Curricular

no

Departamento de Investigação e Acção Penal da Comarca de Lisboa Oeste

Relatório de estágio apresentado à

Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

com vista à obtenção do grau de Mestre em Direito

Orientação da FDUNL: Doutora Teresa Quintela de Brito

Supervisora de Estágio: Procuradora da República Paula Cristina Caria Tavares Ferraz

Março de 2017

Declaração de compromisso Anti-Plágio

Declaro por minha honra, que o trabalho que apresento é original e que todas as citações estão correctamente identificadas. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética disciplinar.

Lisboa, 15 de Março de 2017

Aos meus pais e irmã, pelo apoio incondicional.

À Senhora Professora Dr.^a Teresa Quintela de Brito pela disponibilidade e orientação do presente relatório.

À Senhora Procuradora Dr.^a Maria de Fátima Duarte pela oportunidade concedida.

*À Senhora Procuradora Dr.^a Paula Cristina Ferraz que sempre se disponibilizou
para me auxiliar ao longo do estágio.*

Aos demais juízes, procuradores e funcionários do Tribunal de Sintra.

“Não te culpo seja do que for porque não tens culpa seja do que for.

E só posso agradecer o que me deste.

Uns meses felizes, ou quase felizes, ou com tudo para serem felizes é muito.

Para mim é muito.

(...).

Desejo, do coração, a tua felicidade.

E que me esqueças, não é assim tão difícil, vais ver.”

António Lobo Antunes,

in Adeus, Revista Visão a 30 de Novembro de 2016

Modo de Citar

A redacção do texto é feita em língua portuguesa, optando pela não adopção do actual acordo ortográfico. Desta decisão resulta um uso fiel e coerente da língua portuguesa, sem variações ao longo da exposição do trabalho.

As citações do presente relatório referem-se a obras, a jurisprudência ou a informações disponíveis on-line. As páginas de referência são, sempre que possível, assinaladas ao longo do texto.

Na bibliografia final cada obra é referida de acordo com os elementos que a integram: o nome do autor, seguido do título, editor e ano. Os documentos de web-site estão também, sempre que possível, devidamente identificados através do autor, título do documento, tipo de suporte e data.

LISTA DE ABREVIATURAS

AAFDL	Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa
Ac.	Acórdão
Al./Als.	Alínea/ Alíneas
APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
Art.º/Arts.	Artigo / Artigos
CC	Código Civil
CP	Código Penal
CPP	Código de Processo Penal
CRP	Constituição da República Portuguesa
DIAP	Departamento de Investigação e Acção Penal
FDUNL	Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa
GNR	Guarda Nacional Republicana
MP	Ministério Público
N.º / N.ºs.	Número / Números
Opc	Órgãos de Polícia Criminal
Pág./Págs.	Página / Páginas
PGR	Procuradoria Geral da República
Proc.	Processo
PSP	Polícia de Segurança Pública

SPP	Suspensão Provisória do Processo
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
TIR	Termo de Identidade e Residência
TRE	Tribunal da Relação de Évora

Este artigo ocupa um total de 174 917 caracteres.

PALAVRAS- CHAVE: Violência doméstica, recusa de depoimento, declarações para memória futura, testemunha-vítima, antecipação da produção de prova, valoração da prova, legitimidade processual.

RESUMO: O presente relatório debruça-se, numa primeira fase, sobre a percepção da realidade judiciária, focando-se os ensinamentos práticos obtidos no decorrer do estágio.

Num segundo momento, o relatório incide na análise do regime do crime de violência doméstica, visando a compreensão de todas as fases processuais, bem como a existência de um direito de recusa de depoimento que pode ser exercido em qualquer fase processual em que a vítima tenha de prestar declarações.

Face a tal prerrogativa, desenvolveu-se a possibilidade da aplicação do regime das declarações para memória futura às vítimas de violência doméstica, a partir da Lei que prevê o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, sendo tomado em atenção o instituto sempre que se trate de uma situação abrangida pelo regime das declarações para memória futura, antecipando-se a produção de prova que deve ser valorada em audiência de julgamento.

KEYWORDS: Domestic violence, refusal to testify, declarations for future memory, victim witness, anticipation of the production of evidence, assessment of proof, procedural legitimacy.

ABSTRACT: Firstly, this report focuses on the perception of the judicial reality, focusing on the practical teachings learned during the internship.

Secondly, the report focuses on the criminality analysis of domestic violence, aiming at understanding all procedural stages, as well as the existence of the right to refuse to testify that can be exercised applied to any procedural stage in which the victim has to provide statements.

Faced with this prerogative, has developed the possibility of applying the regime of declarations for future memory to victims of domestic violence from the Law that develops the legal regime applicable to the prevention of domestic violence. In this case, the situation should be taken into account whenever it is covered by the legal regime of declarations for future memory, anticipating the production of evidence that should be valued at a trial hearing.

Introdução

No âmbito da frequência do Mestrado em Direito Forense e Arbitragem na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, decidi optar pela realização de um relatório de estágio para obtenção do grau de mestre, uma vez que poderia aprofundar de um modo prático os conhecimentos que fui adquirindo ao longo da Licenciatura e do Mestrado.

Atendendo às escolhas que fui realizando ao longo do primeiro ano do mestrado, como a decisão da escolha da vertente magistratura e a preferência pela cadeira optativa de Crimes em Especial, levou-me a escolher um estágio que pudesse combinar essas duas vertentes, por forma a desenvolver um estudo interessante numa das minhas áreas de preferência.

Assim, numa reunião que tive com a Professora Doutora Mariana França Gouveia, Coordenadora do Mestrado, surgiu uma proposta de realizar o estágio curricular no Departamento de Investigação e Acção Penal, na Comarca de Lisboa Oeste – Sintra.

Após falar com a Senhora Coordenadora da Comarca, Doutora Maria de Fátima Duarte, e de lhe explicar qual seria o objectivo do estágio e a importância do mesmo para a minha percepção da acção penal e da prática judiciária, esta acedeu ao pedido mostrando-se disponível para a concretização do estágio. Decidiu-se, por isso, realizar o estágio com base num só tipo criminal, que eu deveria escolher, face à constatação da abrangência das áreas desenvolvidas no DIAP.

Neste sentido, e considerando a análise dos crimes que tinha sido realizada na disciplina de crimes em especial, escolhi o crime de violência doméstica pela abundância de temas interessantes, sobre os quais me poderia debruçar.

Pelo exposto, e atendendo à investigação que pretendia fazer sobre o crime de violência doméstica, foi-me atribuída como Supervisora de Estágio a Procuradora da República Paula Tavares Ferraz.

Assim, o plano de estágio assentava em actividades que permitissem o meu desenvolvimento, não só a nível intelectual, como também a nível profissional, uma vez que iria sedimentar as competências até então adquiridas. Estas competências seriam desenvolvidas através do acompanhamento dos processos ao longo das várias fases processuais, bem como a percepção dos aspectos sensíveis relacionados com o tipo de crime escolhido.

Da realização do estágio, resultou para a análise no relatório um problema jurídico que decorre da prática da aplicação do direito penal e processual penal. Com o intuito de dar início à realização do estágio, fui integrada no Tribunal e comecei a analisar processos já

findos e a assistir a julgamentos, não só na área de violência doméstica, como também outros processos em que se pretendia a análise de uma questão processual de importante resolução.

Da observação de julgamentos, resultou, claramente, a incapacidade prática da produção de prova nos casos de violência doméstica, em virtude da utilização do direito de recusa de depoimento. Na esteira do que observei e das conversas mantidas, tanto com a supervisora de estágio, como com outros procuradores que me acompanhavam diariamente e que contribuíram para a escolha do problema a desenvolver no relatório de estágio, surgiu o tema da importância das declarações para memória futura nos casos de violência doméstica, como medida de combate à questão com a qual me deparei naquela audiência de julgamento, sobre a qual incide o meu relatório. Assim, partirei da análise do crime de violência doméstica até à implementação da solução encontrada.

Do estágio

O DIAP de Sintra é um departamento que foi criado pelo Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de Março, no seu artigo 89º, visando a tramitação de todos os inquéritos da comarca e organizando-se nos termos definidos pelo estatuto do Ministério Público, tendo como principal função a investigação criminal, perseguindo os responsáveis pela prática de crimes.

O DIAP de Sintra tem unidades centrais em todos os municípios com a excepção de Mafra (tendo em conta que a Comarca Lisboa-Oeste abrange os municípios de Amadora, Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra), com a competência que se encontra definida no art.º 35 do Decreto-Lei 49/2014, fazendo a triagem de todo o expediente, urgente e não urgente.

Assim, encontram-se sediadas em Sintra, tal como apresenta o art.º 10 do Regulamento da Procuradoria da República da Comarca de Lisboa Oeste, as seguintes secções:

- 1) 1.ª e 2.ª secção – que tramita os inquéritos não atribuídos especificamente a nenhuma das outras secções do município;
- 2) 3.ª secção – está direccionada para a investigação dos inquéritos de crimes de burla e afins, crimes fiscais, criminalidade económico-financeira e informática;
- 3) 4.ª secção – tem competência na área da criminalidade grave e violenta, designadamente contra a liberdade e autodeterminação sexual, roubo, homicídio e tráfico de estupefacientes, incluindo os inquéritos da área do município de Mafra;
- 4) 5.ª secção – que tramita os processos relativos ao crime de violência doméstica e maus tratos, bem como os inquéritos passíveis de tratamento simplificado,
- 5) 6.ª secção – que tramita os inquéritos relativos a autor desconhecido e não identificável e ainda os originários do serviço de turno e os relativos a óbitos de causa desconhecida.

O Estágio Curricular que fiz no DIAP teve a duração de quatro meses, tendo início a 19 de Setembro de 2016 e termo a 20 de Janeiro de 2017.

A supervisão do estágio esteve a cargo da Senhora Procuradora da República Doutora Paula Cristina Caria Tavares Ferraz, coordenadora da 5.ª secção, relativa aos crimes de violência doméstica.

No início do estágio, a supervisora fez uma abordagem introdutória sobre o tipo de crime que eu iria tratar, demonstrando algumas das questões que seriam interessantes para a observação e estudo, no âmbito da descoberta do tipo de crime em análise.

Comecei o estágio pela observação de processos findos, nomeadamente, processos que tivessem sido arquivados ou submetidos a suspensão provisória, para uma análise crítica

dos mesmos e para ficar com uma percepção real de que nem todas as denúncias deste tipo de crime são verdadeiras.

Assim, após uma visão geral dos processos que ficaram por aquela fase processual, a par da assistência a julgamentos que se afiguravam pertinentes para o meu estudo, foi-me dada a oportunidade para avançar para processos de natureza mais complexa no âmbito da violência doméstica, que referirei a partir do capítulo II, sempre que seja oportuna uma visão prática da matéria desenvolvida, identificando as situações com que me deparei.

Para além das actividades desenvolvidas no âmbito do crime de violência doméstica, que irei apresentar ao longo do relatório, parece-me importante salientar alguns dos crimes e questões processuais que também acompanhei por recomendação, não só da supervisora de estágio, mas de outros Procuradores e Juízes com quem fui contactando, sobre questões pertinentes que se levantavam nos julgamentos que estavam a decorrer no Tribunal de Sintra.

Assim, no âmbito das questões processuais, deparei-me com:

1) O funcionamento de um tribunal de júri – Neste caso, tratava-se de um processo em que um dos arguidos fora acusado de um crime de homicídio agravado na forma tentada e o outro arguido de um crime de ofensa à integridade física qualificada, tendo o primeiro requerido a intervenção do tribunal de júri.

Neste momento, assisti à reunião introdutória realizada pela juíza a explicar aos membros do júri (sendo o júri constituído por quatro jurados efectivos e quatro jurados suplentes) como iria funcionar a audiência de julgamento e qual era a intervenção destes no processo, referindo que, sempre que estes tivessem alguma dúvida ou alguma questão a fazer aos arguidos ou às testemunhas, deveriam indicar à juíza e esta formularia a pergunta.

A audiência de julgamento decorreu de forma idêntica às demais audiências de julgamento realizadas, com a excepção das questões que foram formuladas pelos membros do júri.

O ponto relevante da formação do tribunal de júri consiste na estratégia de defesa que o arguido quis apresentar, demonstrando ao júri, que é constituído por pessoas que não estão ligadas ao direito, a especialidade dos factos que lhe eram imputados, para que estes interfiriam na decisão tomada pelos juízes, a fim de conseguir uma redução da pena que seria aplicada, em virtude dos factos objectivos. Assim, o júri deve após o julgamento reunir com os juízes do processo e debater a pena que deve ser aplicada aos arguidos.

2) Modo de formulação de questões por parte do MP aos arguidos, vítimas e testemunhas. Neste âmbito, percebi a importância de se transmitir à vítima ou testemunha a relevância do seu depoimento para o processo, demonstrando-se calma e perseverante aquando da sua inquirição. É relevante, para que a vítima e a testemunha se mostrem colaborantes com o processo, que as perguntas que lhes são dirigidas sejam feitas de um modo calmo e explícito, uma vez que, se estas regras não forem atendidas, há dificuldades acrescidas à prestação e credibilidade do seu depoimento.

3) A importância da cooperação das agências de telecomunicação para a identificação das antenas activadas pela chamada feita pelo arguido x para o arguido y, fazendo-se corresponder as antenas activadas ao local do crime, o que pode não ser um indício suficiente para a imputação do crime aos arguidos mas, em conjunto com outros indícios obtidos pelo MP, pode ajudar na investigação e na descoberta da verdade.

No âmbito das questões relativas ao direito penal, deparei-me com:

1) A questão das finalidades da punição - Tendo por base a observação dos antecedentes criminais através do certificado de registo criminal, nomeadamente no âmbito da prevenção geral e especial, e do tipo de crime cometido pelo arguido. Na determinação da pena concretamente aplicável, o tribunal atende às circunstâncias que, não fazendo parte do tipo de crime, depuserem a favor do agente ou contra ele, a saber: o grau de ilicitude do facto, o modo de execução e actuação criminosa, o grau de violação dos deveres impostos ao agente, bem como a intensidade do dolo, a conduta anterior e posterior ao crime, as condições pessoais do agente e a sua situação económica.

Assim, é atendível para a atribuição da pena, quando se trate de arguido preso, o relatório social, feito pela Direcção-Geral de Reinserção e dos Serviços Prisionais, onde se analisam os dados relevantes para o processo de socialização, as condições sociais e pessoais do arguido e o impacto da situação jurídico-penal, concluindo-se com os dados relevantes para a atribuição de uma sanção, caso se entenda que o arguido deve ser condenado.

2) O regime penal aplicável a jovens delinquentes – no âmbito dos processos a que fui assistir, nomeadamente casos de tráfico de estupefacientes e de furtos, onde a criminalidade atinge as camadas mais jovens, a sua aplicação é feita tendo em conta o merecimento de um tratamento penal especializado (casos em que os arguidos nunca tenham cometido um crime por exemplo) e a capacidade de ressocialização e reinserção na sociedade (casos em que era aplicado o regime em virtude de uma possível reintegração na sociedade), sendo-lhes aplicável apenas uma medida correctiva, como se encontra previsto no art.º 6 do Decreto-Lei

n.º401/82, de 23 de Setembro. Num dos processos a que assisti, apesar de o arguido ter a idade em que era possível a aplicação do regime, isso não sucedeu face à “carreira criminosa” que era visível através do relatório social do arguido.

3) Crime de lenocínio – no decorrer do estágio analisei um processo de grande complexidade que envolvia uma investigação abrangente, onde foram utilizados todos os recursos possíveis para a recolha de prova e identificação dos arguidos. Após a denúncia do modo de actuação por uma das pessoas envolvidas com um dos arguidos, o MP abriu inquérito e procedeu à investigação do crime de lenocínio, cujo bem jurídico protegido é a liberdade sexual da pessoa que se dedica à prostituição. Da investigação desenvolvida, foi possível ao MP imputar ao principal arguido 12 crimes de lenocínio, 2 crimes de violação, 1 crime de ofensa à integridade física e 1 crime de dano. Em cúmulo jurídico, o arguido foi condenado a 9 anos de prisão. Com este caso, entendi a importância e o raciocínio que tem de ser feito para a criminalização deste tipo de crime, bem como as condutas que a ele estão associadas.

Uma vez descritas as questões, fora do âmbito da violência doméstica, que por mim foram desenvolvidas ao longo do estágio, passarei agora à análise concreta do tema com que se prende o presente relatório – o crime de violência doméstica e, em especial, o regime das declarações para memória futura como medida de combate à prerrogativa atribuída à vítima de recusa de depoimento.

1. CAPÍTULO I – Enquadramento Geral do Crime de Violência Doméstica

1.1. Breve evolução histórica do crime de violência doméstica e a sua autonomização

Desde a reforma do Código Penal de 2007¹ que o crime de violência doméstica se encontra autonomizado no nosso ordenamento jurídico. Contudo, o crime de violência doméstica surge pela primeira vez consagrado no Código Penal de 1982, sob a epígrafe “Maus tratos ou sobrecarga de menores e de subordinados ou entre cônjuges”. Apesar do crime ter sido implementado no Código Penal, a sua aplicação apresentava algumas reservas, nomeadamente porque, para além de ser um crime de carácter semi-público², o que exigia a necessidade de queixa, entendia-se ainda que o artigo exigia o requisito de “malvadez ou egoísmo”³ e “que deveria ser objecto de um dolo específico”⁴, levando à “relativa inutilização do preceito”⁵.

Na reforma do Código Penal em 1995⁶, o crime passa a ser assumidamente de natureza semi-pública e o legislador pôs fim ao requisito anteriormente exigido – “malvadez ou egoísmo” – eliminando a querela jurisprudencial até então desenvolvida. Esta reforma incluiu na previsão da norma os “maus-tratos psíquicos”⁷ e como vítimas deste tipo de crime as “pessoas idosas ou doentes”⁸. São ainda, no âmbito desta reforma, agravadas as penas previstas para este crime.

¹ Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro.

² Não é considerado por todos os autores que o crime de maus-tratos, inicialmente previsto no Código Penal, era de natureza semi-pública. Assim, consideram Paulo Pinto de Albuquerque, *Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 3.ª Edição actualizada, Universidade Católica Editora, Novembro de 2015, pág. 587 e Américo Taipa de Carvalho *Comentário Conimbricense do Código Penal – Parte Especial*, TOMO I, 2.ª Edição, Coimbra Editora, Maio de 2012, pág. 508, que o crime era público, admitindo, aquando da reforma do Código Penal de 1995, a alteração da natureza do crime. Já Teresa Pizarro Beleza, *Colectânea de Textos de Parte Especial do Direito Penal – Violência Doméstica*, AAFDL, 2008, pág. 117, refere explicitamente que considera que o crime era semi-público, assumindo que só se tornou público com a reforma de 2000.

³ Américo Taipa de Carvalho refere no *Comentário Conimbricense do Código Penal*, pág. 507, no comentário ao artigo 152.º do CP que “a jurisprudência acabou por, um tanto acriticamente, manter uma interpretação excessivamente restritiva do âmbito criminalizador do tipo legal de maus tratos ou de sobrecarga, ao ponto de exigir que, para haver crime, era necessário que, para além da prática dolosa dos actos descritos, o agente tivesse actuado com malvadez ou egoísmo”.

⁴ Paulo Pinto de Albuquerque, *Comentário do Código Penal* ..., pág. 587.

⁵ Teresa Pizarro Beleza, *Colectânea de Textos de Parte Especial do Direito Penal – Violência Doméstica*, AAFDL, 2008, pág. 117.

⁶ Através do Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março.

⁷ Ac. da Relação do Porto, de 29 de Fevereiro de 2012, Proc. n.º 368/09.3PQPRT.P1, Relator Joaquim Gomes: “Com a reforma de 1995, os maus tratos psíquicos passaram a estar contemplados com um leque mais alargado de condutas, como humilhações, provocações, ameaças (de natureza física ou verbal), insultos, privações ou limitações arbitrarias da liberdade de movimentos”. Disponível em www.dgsi.pt.

⁸ Paulo Pinto de Albuquerque, *Comentário do Código Penal* (...), pág. 587.

O legislador de 1998⁹ veio a introduzir um “regime híbrido” quanto à natureza do crime, uma vez que, apesar de o crime manter a natureza semi-pública, o Ministério Público passa a ter legitimidade para abrir inquérito “*desde que o interesse da vítima o impusesse e não houvesse oposição desta até à dedução de acusação*”¹⁰¹¹.

Em 2000, através da Lei n.º 7/2000, de 27 de Março, o legislador consagrou a natureza pública do crime de maus tratos e alargou o âmbito de protecção, abrangendo na sua previsão os progenitores de descendente comum em primeiro grau.

A orientação político-criminal subjacente à revisão do Código Penal de 2007¹² veio remodelar profundamente o crime de maus tratos. Em primeiro lugar, entendeu-se por bem dividir o crime de maus tratos em três crimes distintos: violência doméstica (art.º 152 CP), maus tratos (art.º 152 - A do CP) e violação de regras de segurança (art.º 152- B do CP).

Para além da autonomização do crime de violência doméstica, o legislador alterou a descrição do facto típico da norma, deixando de exigir a reiteração da conduta praticada pelo agente. Assim, “*(...) passou a ser unívoco de que pode bastar um só comportamento para a condenação por crime de violência doméstica (...). Nesses casos, há prática do crime de violência doméstica e não de crimes de ofensa à integridade física, injúria, ameaça ou sequestro, quando em face do comportamento demonstrado, globalmente considerado, for possível formular o juízo de que o agente demonstrou desprezo, desejo de humilhar, ou especial desconsideração pela vítima*”¹³.

Por último, deve referir-se a alteração ao art.º 152, levada a cabo pela Lei n.º19/2013, de 21 de Fevereiro, cujas alterações se traduziram: na extensão do conceito de pessoa particularmente indefesa, “*(...) sendo agora a referência à idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica meramente exemplificativas*”¹⁴; na introdução das “relações de namoro”¹⁵ na al. b), do

⁹ Lei n.º 65/98, de 2 de Setembro.

¹⁰ Como refere Américo Taipa de Carvalho no comentário ao artigo 152.º do CP, “a razão da atribuição deste poder discricionário ao Ministério Público terá sido a de contornar a inibição do cônjuge maltratado em apresentar queixa, dado o ascendente do cônjuge violento sobre o cônjuge ofendido”. In *Comentário Conimbricense* ..., pág. 509.

¹¹ Neste sentido veja-se também BELEZA, Teresa Pizarro; *Colectânea de Textos* (...), pág. 118.

¹² Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro.

¹³ Ac. da Relação de Guimarães, de 1 de Julho de 2013, Processo n.º 197/12.7GDGMR.G1, Relator Tomás Branco, disponível em www.dgsi.pt.

¹⁴ Catarina Fernandes, *Violência Doméstica - implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno*, Manual Pluridisciplinar, Dirigido por PAULO GUERRA e LUCÍLIA GAGO, Caderno Especial, Centro de Estudos Judiciários, Abril de 2016, pág.83.

¹⁵ André Lamas Leite, *As alterações de 2013 aos códigos penal e de processo penal: uma reforma «cirúrgica»? - Coimbra Editora, Coimbra 2014*, pág. 56, considera o seguinte “*(...)uma questão que (...) se vai levantar com maior acuidade nas relações de namoro diz respeito a saber qual o momento a partir do qual já não existe tal relação para efeitos de considerar um facto subsumível ao delito de violência doméstica, ainda mais quando o tipo legal abrange relações pretéritas e dispensa a coabitação.*”.

n.º1 do artigo e, ainda, a obrigação do afastamento da residência ou do local de trabalho aquando da aplicação da pena acessória de proibição de contacto com a vítima, sendo esta medida verificada através de elementos electrónicos.

1.2. O crime de Violência Doméstica

A constante mudança de paradigma na sociedade fez-se sentir tanto a nível nacional, como se verificou, como a nível internacional, tendo os Estados-Membros do Conselho da Europa debruçado sobre este tema complexo através da Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência doméstica¹⁶, a 11 de Maio de 2011, em Istambul. A presente convenção tornou-se um documento auxiliar, e, nesse sentido, definiu no artigo 3.º al. b) a violência doméstica como “*todos os actos de violência física, sexual, psicológica ou económica que ocorrem no seio da família ou do lar ou entre os actuais ou ex-cônjuges ou parceiros, quer o infractor partilhe ou tenha partilhado, ou não, o mesmo domicílio que a vítima*”.

Tendo presente esta definição de violência doméstica, estamos agora em condições de iniciar a análise deste tipo de crime no ordenamento jurídico português. O crime de violência doméstica encontra-se inserido na parte especial do Código Penal, no Capítulo III (crimes contra a integridade física), do Título I (Crimes contra as pessoas).

Estabelece o artigo 152.º/1 do Código Penal, sob epígrafe *Violência Doméstica*:

“1- Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais:

- a) Ao cônjuge ou ex-cônjuge;
- b) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação;
- c) A progenitor de descendente comum em 1.º grau; ou
- d) A pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite;

é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave não lhe couber por força de outra disposição legal.”.

¹⁶ A Convenção foi adoptada e aberta à assinatura, em Istambul, a 11 de Maio de 2011. Portugal assinou a Convenção, tendo terminado o processo de ratificação no dia 5 de Fevereiro de 2013. A presente Convenção entrou em vigor a 1 de Agosto de 2014. Disponível em www.coe.int/conventionviolence

Os crimes de violência doméstica integram o conceito de criminalidade violenta, previsto no artigo 1.º, al. j) do CPP.

1.2.1. Bem jurídico protegido

No que respeita ao bem jurídico protegido pelo crime de violência doméstica, tem de se considerar que se trata de matéria controvertida na jurisprudência e na doutrina portuguesa.

Assim, para a corrente maioritária¹⁷ o bem jurídico protegido pela incriminação do art.º152 é a saúde. A saúde, nas palavras de Taipa de Carvalho¹⁸, trata-se de “*um bem jurídico complexo que abrange a saúde física, psíquica e mental*”. No entender do autor, este bem jurídico é afectado quando o comportamento adoptado pelo agente impossibilite ou dificulte “*o normal e saudável desenvolvimento da personalidade da criança ou do adolescente, agrave as deficiências destes, afecte a dignidade pessoal do cônjuge (...), ou prejudique o possível bem-estar dos idosos ou doentes que, mesmo que não sejam familiares do agente, com este coabitem*”.

Esta tese é também defendida por parte da jurisprudência¹⁹, como podemos ver através do Tribunal da Relação de Lisboa, em acórdão de 17 de Abril de 2013²⁰, referindo que “*o bem jurídico protegido pelo crime de violência doméstica é plural e complexo: visa essencialmente a saúde, entendida nas vertentes de saúde física, psíquica e/ou mental, mas abrange também a protecção da dignidade humana no âmbito de uma particular relação interpessoal*”.

Já para Paulo Pinto de Albuquerque²¹, os bens jurídicos protegidos são a integridade física e psíquica, a liberdade pessoal, a liberdade e autodeterminação sexual e a honra. Também esta orientação tem tido acolhimento no seio da jurisprudência portuguesa²², como se

¹⁷ Esta posição conta com a concordância de vários autores, nomeadamente: Taipa de Carvalho, Nuno Brandão, Plácido Conde Fernandes, Tolda Pinto, entre outros. Salienta Plácido Conde Fernandes, *Violência Doméstica, Novo Quadro Penal e Processual*, Jornadas sobre a Revisão do Código Penal, Revista CEJ, 1.º semestre de 2008, n.º 8, pág. 305, que não há “*razão para alterar o entendimento, já sedimentado, sobre a natureza do bem jurídico protegido, como sendo a saúde, enquanto manifestação da dignidade da pessoa humana e da garantia da integridade pessoal contra os tratos cruéis, degradantes ou desumanos, num bem jurídico complexo que abrange a tutela da sua saúde física, psíquica, emocional e moral*”.

¹⁸ Taipa de Carvalho, *Comentário Conimbricense (...)*, pág. 512.

¹⁹ Sendo visível também através de vários acórdãos, nomeadamente: Acórdãos da Relação do Porto, de 6 de Fevereiro de 2013, Proc. n.º 2167/10.OPAVNG.P1, Relator Coelho Vieira e de 10 de Julho de 2013, Proc. n.º 130/10.GAMTR.P1, Relator Alves Duarte; Ac. da Relação de Coimbra, de 28 de Janeiro de 2015, Proc. n.º 511/13.8TACVL.C1, Relatora Isabel Valongo, disponíveis em www.dgsi.pt.

²⁰ Ac. da Relação de Lisboa, de 17 de Abril de 2013, Processo n.º 790/09.5GDALML1-3, Relatora Maria da Graça dos Santos Silva, disponível em www.dgsi.pt.

²¹ Paulo Pinto de Albuquerque, *Comentário do Código Penal (...)*, pág. 591.

²² Como se demonstra também no Acórdão da Relação de Guimarães de 10 de Julho de 2014, Processo n.º 591/11.0PBGM.R. G1, Relatora Ana Teixeira, disponível em www.dgsi.pt.

pode ver através do acórdão da Relação de Évora de 8 de Janeiro de 2013²³, referindo que “*o bem jurídico tutelado pelo tipo é complexo, incluindo a saúde física, psíquica e emocional, a liberdade de determinação pessoal e sexual da vítima de actos violentos e a sua dignidade quando inserida numa relação ou por causa dela*”.

Nas palavras de Sandra Inês Feitor²⁴ e Augusto Silva Dias²⁵, o objecto da tutela do crime de violência doméstica é a dignidade da pessoa humana, em particular, a protecção da integridade corporal, a saúde física e psíquica. Para esta concepção não basta a defesa da saúde, pois se defendermos que é este o bem jurídico protegido pela norma, apenas se consegue proteger as vítimas de violência doméstica que apresentam lesões efectivas, quer físicas, quer psicológicas²⁶.

Assim, para estes autores, o bem jurídico é afectado através das humilhações, agressões verbais de carácter vexatório, agressões físicas, molestações e privações de acesso a bens essenciais no espaço da residência que afectam directamente a dignidade da vítima que se sente intimidada, diminuída perante as ofensas a ela dirigidas.

Apesar de minoritária, esta concepção também encontra acolhimento na jurisprudência portuguesa, exemplo disso é o acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 5 de Julho de 2016²⁷, o qual assume que o crime de violência doméstica “*(...) visa, acima de tudo, proteger a dignidade humana, tutelando, não só, a integridade física da pessoa individual, mas também a integridade psíquica, protegendo a saúde do agente passivo, tomada no seu sentido mais amplo de ambiente propício a um salutar e digno modo de vida*”.

²³Ac. da Relação de Évora, de 8 de Janeiro de 2013, Processo n.º 113/10.0TAVVC.E11, Relator João Gomes de Sousa, disponível em www.dgsi.pt.

²⁴ Sandra Inês Feitor, *Análise Crítica do Crime de Violência Doméstica*, 2012. Disponível em <http://www.fd.unl.pt/anexos/5951.pdf>.

²⁵ Augusto Silva Dias, *Materiais para o estudo da Parte especial do Direito Penal, Crimes contra a vida e a integridade física*, 2ª Edição, AAFDL, Lisboa 2007, pág. 110.

²⁶O que implica que, mesmo que se prove a violência em que a vítima vivia, não se encontra ainda provado o dano promovendo-se a revitimação, em virtude desse factor diz Sandra Feitor que neste tipo de situações a vítima não tem “*a mesma protecção jurídica contra a violência, como tratamento desumano e degradante atentatório da dignidade humana*”, originando uma desigualdade na protecção das vítimas de violência doméstica, se o bem jurídico protegido for a saúde.

²⁷Ac. da Relação de Lisboa, de 5 de Julho de 2016, Processo n.º 662/13.9GDMFR.L1, Relator Jorge Gonçalves, disponível em http://www.pgdlisboa.pt/jurel/jur_mostra_doc.php?nid=5097&codarea=57&.

1.2.2. Tipo objectivo

1.2.2.1. Agente e Sujeitos passivos

O crime de violência doméstica é um crime específico impróprio, isto é, existe um tipo para o cidadão comum, mas se o crime for cometido por pessoas com certas qualidades é agravado, sendo que a ilicitude é agravada em virtude da relação mantida entre o autor e a respectiva vítima²⁸.

Américo Taipa de Carvalho²⁹ assume que, em regra, este crime é específico impróprio, mas, em certos casos, ele poderá configurar um crime específico próprio. O autor reporta estes casos em exclusivo às situações de maus tratos psíquicos (em especial ameaças não abrangidas pelo 153.º do CP), que podem, por si só, não configurar um crime autónomo, mas, quando reiterados e praticados por determinado agente, a relação especial que o agente mantém ou manteve com a vítima entre o agente e a vítima fundamenta a ilicitude e a punição do mesmo³⁰.

Nesta linha de pensamento, relativamente ao agente, percebe-se que o crime em causa pressupõe que o agente se encontre numa determinada relação para com o sujeito passivo daqueles comportamentos, sendo essa relação familiar ou para-familiar³¹.

Assim, a redacção do art.º 152 esclarece quais são as vítimas protegidas pela incriminação, designando primeiramente o cônjuge ou ex-cônjuge, a pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação, abrindo espaço para a união de facto³² e relações extraconjugais³³ que mereçam especial tutela.

Como oportunamente foi referido, a inclusão das relações de namoro no preceito introduz novos desafios ao julgador, nomeadamente, quanto aos requisitos que lhe são exigidos para que possa estar abarcada pelo conceito introduzido na al. b). A actual formulação normativa cinge-se à expressão “relação de namoro”, cabendo ao julgador verificar *in casu* se este conceito se encontra preenchido pela factualidade por ele apurada.

²⁸ Paulo Pinto de Albuquerque, *Comentário do Código Penal (...)*, pág. 591.

²⁹ Taipa de Carvalho, *Comentário Conimbricense (...)*, pág. 512.

³⁰ Em concordância o Ac. da Relação de Lisboa de 31 de Maio de 2016, Proc. n.º 249/14.9PAPTS.L1-5, Relatora Filipa Macedo, disponível em www.dgsi.pt.

³¹ Catarina Fernandes, *Violência (...)*, pág.89.

³² Ac. da Relação de Lisboa, de 23 de Abril de 2015, Proc. n.º 469/13.3PBAMD.L1-9, Relator João Abrunhosa de Carvalho, disponível em www.dgsi.pt.

³³ Ac. da Relação de Coimbra, de 27 de Fevereiro de 2013, Proc. n.º 83/12.0GCGRD.C1, Relator Belmiro Andrade, disponível em www.dgsi.pt.

André Lamas Leite³⁴ sustenta que não estão abrangidos pelo âmbito incriminador “*meros namoros passageiros, ocasionais, fortuitos, flirts, relações de amizade*”, exigindo como elemento caracterizador das relações de namoro “*uma proximidade existencial efectiva*”³⁵.

O Tribunal da Relação do Porto³⁶ pronunciou-se quanto a esta questão, denotando que a “*relação amorosa tem de ser estável e constituir o desenvolvimento de um projecto comum de vida do casal, exigindo-se uma relação próxima do ambiente familiar com sentimentos de afectividade, convivência, confiança, conhecimento mútuo, actos de intimidade, partilha da vida em comum e cooperação mútua.*” Re-conhecendo posteriormente³⁷ que é “*necessário caracterizar o namoro com elementos fácticos sólidos e indesmentíveis, já que a relação análoga à dos cônjuges implica um conjunto de deveres típicos da relação conjugal.*”

Outra das vítimas abrangidas pelo escopo da norma é o progenitor de descendente comum. O legislador quis, desta forma, proteger o homem ou mulher que, apesar de não ter mantido uma relação análoga à dos cônjuges, tem a uni-lo o vínculo da parentalidade.

Por último, resta-nos falar da pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabita. Estas vítimas apresentam-se numa situação de especial vulnerabilidade em virtude da sua avançada idade, de serem menores³⁸, de padecerem de alguma doença incapacitante, de se apresentarem economicamente dependentes do agente ou grávidas. Não podemos esquecer que esta incriminação só funciona se o agente coabitar com a vítima³⁹.

1.2.2.2. Condutas

O crime de violência doméstica é um crime de dano⁴⁰ e, neste sentido, só se verifica o crime após a afectação do bem jurídico protegido, com excepção dos maus-tratos psíquicos,

³⁴ André Lamas Leite, *A violência relacional íntima: reflexões cruzadas entre o direito penal e a criminologia*, in Revista Julgar, n.º 12 - Especial - Set-Dez, Coimbra Editora, 2010, pág. 52.

³⁵ Em sintonia Paulo Pinto Albuquerque, *Comentário do Código Penal (...)*, pág. 592.

³⁶ Ac. da Relação do Porto, de 15 de Janeiro de 2014, Proc. n.º 364/12.3GDSTS.P1, Relator José Carreto, disponível em www.dgsi.pt.

³⁷ Ac. da Relação do Porto, de 30 de Setembro de 2015, Proc. n.º 3299/14.1TAMTS.P1, Relator Horácio Correia Pinto, disponível em www.dgsi.pt.

³⁸ Ac. da Relação de Évora, de 11 de Março de 2014, Proc. n.º 317/09.9GFSTB.E2, Relator Alberto João Borges, disponível em www.dgsi.pt.

³⁹ Em discordância com o requisito exigido pela lei, Teresa Quintela de Brito, *Direito Penal – Parte Especial: Lições, Estudos e Casos*, Coimbra Editora, 2007, pág. 179 e 180, na nota 38 assume que se trata de “*uma desigualdade gritante de tratamento, a exigência de coabitação de pessoa particularmente indefesa com o agente*”, uma vez que esse requisito não é exigido às pessoas mencionadas nas als. a) a c) do preceito.

⁴⁰ Paulo Pinto de Albuquerque, *Comentário do Código Penal (...)*, pág. 591, tendo em conta o seu entendimento quanto ao bem jurídico protegido, bem jurídico complexo em que inclui a integridade física e psíquica, a liberdade pessoal e a liberdade e autodeterminação sexual, o autor defende que o crime de violência doméstica se trata de um crime de dano. Em sentido contrário Nuno Brandão, *A Tutela Penal Especial Reforçada da Violência Doméstica*, in Revista Julgar, n.º 12, N.º Especial: Crimes no Seio da Família e sobre Menores, Coimbra Editora, 2010, pág. 9, salienta que no crime de violência doméstica se trata de um crime de perigo-abstracto, pois é “o

que se traduzem num perigo de dano⁴¹. Quanto ao objecto da acção, trata-se de um crime de resultado⁴², ou seja, a consumação do crime só se verifica quando existe uma “alteração externa espaço-temporalmente distinta da conduta”⁴³, sendo necessário que essa acção seja apta e bastante para produzir a agressão ao bem jurídico defendido.

O tipo objectivo do ilícito, no crime de violência doméstica, traduz-se na acção de infligir maus tratos, sejam eles físicos (que podem traduzir-se em ofensas à integridade física) ou psíquicos, incluindo-se na categoria de maus tratos os castigos corporais, as privações de liberdade e as ofensas sexuais⁴⁴. As condutas descritas pelo art.º 152 são, como assume a doutrina⁴⁵ e a jurisprudência, meramente exemplificativas, cabendo, assim, ao julgador interpretar e integrar, *in casu*, quais os factos relevantes para o preenchimento do tipo.

Os maus tratos físicos⁴⁶ consistem em bofetadas, murros, pontapés, beliscões, entalões, arremesso de objectos, pancadas, apertões, mordidelas, queimaduras, imersão da vítima, puxão de cabelos, entre os múltiplos exemplos de condutas que aqui podem ser entendidas.

Os maus tratos psíquicos⁴⁷ são mais difíceis de descrever, bem como de verificar. Entende-se que estes se traduzem em insultos, humilhações, críticas, expressões de carácter vexatório, ameaças, atribuição de culpa, manipulação, mas muitas outras condutas podem ser enquadráveis nesta expressão.

No âmbito dos maus tratos psíquicos, devem também ser incluídas as condutas realizadas na esfera da “micro violência continuada”⁴⁸ e do isolamento social⁴⁹.

perigo para a saúde do objecto de acção, do alvo da conduta agressora, que constitui o motivo da criminalização, pretendendo-se deste modo oferecer uma tutela antecipada do bem jurídico em apreço”. Contudo, deve entender-se que a definição, do Autor em análise, inclui-se no crime abstracto-concreto, uma vez que o crime abstracto-concreto inclui as condutas que sejam aptas a concretizar tal perigo (referindo-se à conduta agressora que revele um perigo para a saúde), enquanto no crime de perigo-abstracto o perigo constitui o motivo da proibição, independentemente do modo de actuação do agente. Também o TRE acompanha este entendimento como se vê no Ac. de 8 de Janeiro de 2013, Proc. n.º 113/10.0TAVVC.E1, Relator João Gomes de Sousa, disponível em www.dgsi.pt.

⁴¹ Taipa de Carvalho, *Comentário Conimbricense* (...), pág. 520.

⁴² Paulo Pinto de Albuquerque, *Comentário do Código Penal* (...), pág. 591.

⁴³ Jorge Figueiredo Dias, *Direito Penal – Parte Geral*” Tomo I – *Questões Fundamentais. A Doutrina Geral do Crime*, 2ª Edição, Coimbra: Coimbra Editora, Agosto de 2007, pág. 306.

⁴⁴ Taipa de Carvalho, *Comentário Conimbricense* (...), pág. 515 – 517.

⁴⁵ Em concordância, Paulo Pinto de Albuquerque, *Comentário do Código Penal* (...), pág. 591; e Taipa de Carvalho, *Comentário Conimbricense* (...), pág. 515.

⁴⁶ Assim, nos acórdãos do TRL, de 27 de Fevereiro de 2008, Proc. n.º 1702/2008-3, Relator Carlos Almeida, e do TRE, de 8 de Janeiro de 2013, Proc. n.º 113/10.0TAVVC.E1, relator João Gomes de Sousa, ambos disponíveis em www.dgsi.pt.

⁴⁷ Ac. Relação do Porto, de 9 de Novembro de 2016, Proc. n.º 173/14.5GBAND.P1, Relator João Pedro Nunes Maldonado, disponível em www.dgsi.pt.

⁴⁸ Nuno Brandão, *A Tutela* (...), pág. 15.

⁴⁹ Na mesma óptica Catarina Fernandes, *Violência Doméstica* (...), pág. 94; e Carlos Casimiro Nunes e Maria Raquel Mota, *O crime de violência doméstica: a al. b) do n.º 1 do art. 152º do Código Penal*, in *Revista do Ministério Público*, nº122, Editorial Minerva, Lisboa, 2010, pág. 142.

A “micro violência continuada” é realizada através da reiteração de violência psíquica, mas de baixa intensidade, o que, a longo prazo, desencadeia a afectação do bem-estar da vítima, podendo causar graves transtornos, tanto a nível físico como psicológico.

Já no isolamento social, o agente tem como principal objectivo alcançar o domínio total sobre a vítima, uma vez que se torna mais facilmente manipulável e controlável, conseguindo-o através da intimidação, perseguição, manipulação, privações da liberdade e da promoção da culpabilização da vítima quanto a algumas condutas perpetradas pelo próprio agressor (isto quanto a actos de ciúme, entre outros). Assim, a vítima acaba por se isolar e ficar irremediavelmente dependente do agressor.

Em qualquer uma das situações acima descrita, não deve ser considerado apenas um dos comportamentos que o agente adopta para com a vítima, mas sim o padrão de comportamento do agressor⁵⁰, que, em si, encerra gravidade e intensidade suficiente, em virtude da reiteração mantida.

1.2.2.3. Reiteração

Como foi explanado no ponto 1.1., desde a reforma de 2007 que se encontra esclarecida a questão controversa da exigência de reiteração das condutas para a punição do crime de violência doméstica.

Perante a alteração levada a cabo pelo legislador, deve, pois, entender-se que o crime de violência doméstica pode verificar-se, não só quando exista reiteração de condutas (que globalmente analisadas consubstanciam um crime de violência doméstica), como também a prática de um único acto⁵¹, tornando-se susceptível de preencher o elemento objectivo do tipo, pois, apesar de ser uma única conduta, encerra em si gravidade suficiente para a afectação do bem jurídico protegido.

A apreciação deste tipo de casos deve ser feita através da análise cuidada da *imagem global do facto*, tendo em atenção o modo de execução da conduta e a natureza das lesões sofridas pela vítima⁵².

⁵⁰ Como bem se contempla no Ac. da Relação de Guimarães, de 4 de Março de 2013, proc. n.º 746/11.8PBGMR.G1, a Relatora Ana Teixeira e Silva escreve: “*não são inócuos os factos que, globalmente considerados, são reveladores de um comportamento de perseguição agressiva, de um constante importunar, de uma vontade conseguida de amedrontar através da inesperada abordagem pessoal e da ameaça veada*”, disponível em www.dgsi.pt.

⁵¹ Como bem analisou o STJ, ainda antes da alteração da redacção do art.º 152: “*(...) admitindo-se que um singular comportamento possa ter uma carga suficiente demonstradora da humilhação, provocação, ameaças, mesmo que não abrangidas pelo crime de ameaças, do acto de molestar o cônjuge ou equiparado*.” Ac. STJ, de 6 de Abril de 2006, Proc. n.º 06P1167, Relator Simas Santos, disponível em www.dgsi.pt.

⁵² Catarina Fernandes, *Violência (...)*, pág.99.

1.2.3. Tipo subjectivo

No que toca à componente subjectiva do crime em análise, exige-se qualquer um dos tipos de dolo previstos no artigo 14.º do CP (directo, necessário ou eventual) para que o tipo seja plenamente preenchido.

Nesta vertente, deve ser analisado o conhecimento e vontade de realização da acção típica, ou seja, o elemento intelectual e volitivo. Para o elemento intelectual, em concreto, interessa que o agente tenha consciência da identidade e qualidade da vítima e, ainda que conhecendo os elementos normativos do tipo, não se coíba de praticar o facto⁵³. Quanto ao elemento volitivo, ele pressupõe que o agente, ao realizar a acção, tenha vontade de afectar a vítima, colocando em crise o bem jurídico protegido pela norma.

Daqui resulta que, quando demonstrados estes dois elementos, existe dolo do agente, concretizando-se assim o tipo subjectivo.

1.3. Penas e agravações

A moldura penal do crime de violência doméstica tem como limite mínimo de pena de prisão um ano e limite máximo de cinco anos. Tendo em conta os limites fixados pelo legislador, o julgador deve determinar a medida concreta da pena atendendo a todas as circunstâncias relevantes do crime perpetrado e atendendo às finalidades da punição, satisfazendo as exigências da prevenção geral e especial.

No que concerne às agravações, o legislador quis imprimir no crime de violência doméstica um agravamento da moldura penal em condutas de particular gravidade.

O n.º 2 do art.º 152 do CP prevê a agravação em função da menoridade e do local em que o ilícito é cometido, fixando o limite mínimo em dois anos. Entendeu o legislador, e bem, que as situações em que o menor presencia ou de que é vítima devem ser mais severamente punidas em função da sua idade, capacidade de percepção e das consequências nefastas que lhe podem causar, nomeadamente, ao nível da formação da sua personalidade.

Outra das agravações prevista é o local onde decorre a agressão, nomeadamente a casa da vítima ou o domicílio comum. Nestes casos, o legislador pretende censurar o facto de o agente agir num espaço confinado e sem que haja testemunhas, locais onde a vítima se deveria sentir segura.

⁵³ Assim, particularmente demonstrado no Ac. da Relação de Évora, de 11 de Julho de 2013, proc. n.º126/12.8GAMAC.E1, Relator Sénio Alves, disponível em www.dgsi.pt.

Para além das situações já referidas, pune-se mais gravemente o agressor em função do resultado das ofensas cometidas. Resulta, assim, do n.º 3 do art.º a agravação da pena se das ofensas cometidas resultar uma ofensa à integridade física grave, em que a pena se fixa entre os dois e os oito anos, e, quando o resultado da conduta praticada é a morte, situação em que o agente é punido com pena de prisão entre os três e os dez anos.

Tendo em conta a especificidade do crime em questão e a probabilidade de importunação da vítima, aquando da suspensão da execução da pena de prisão, o legislador definiu penas acessórias que podem ser aplicadas ao arguido, nomeadamente, a proibição de contacto com a vítima (que deve incluir o afastamento da residência ou do local de trabalho desta), a proibição de uso e porte de arma, a obrigação de frequência de programas específicos de prevenção da violência doméstica e a inibição do exercício do poder parental⁵⁴.

⁵⁴ Art.º 152 do CP, n.º 4, 5 e 6.

2. CAPÍTULO II – A vítima de violência doméstica e o Processo Judicial⁵⁵

2.1. A denúncia de Violência doméstica

O processo de violência doméstica começa com a aquisição da notícia do crime. Como é aludido no art.º 241 do CPP, esta pode ocorrer por três meios: 1) conhecimento próprio, 2) auto de notícia do órgão de polícia criminal, e 3) denúncia. A aquisição da notícia do crime de violência doméstica, dos casos com que pude contactar, era feita através do auto de notícia⁵⁶ elaborado pelos órgãos de polícia criminal⁵⁷ (opc) e através de denúncia facultativa ou obrigatória⁵⁸ (arts. 244.º e 242.º, respectivamente)⁵⁹, nomeadamente esta última, por parte do médico que obteve conhecimento do crime durante o tratamento da vítima.

Quando é apresentada a denúncia do crime de violência doméstica junto dos opc, estes devem recolher as informações necessárias para a elaboração do auto de notícia que deve ser enviado ao Ministério Público (MP) no prazo máximo de 10 dias⁶⁰. As autoridades judiciárias ou os opc têm ainda a importante função de esclarecer a vítima quanto a todo o processo, fazer a avaliação do risco e atribuir à vítima, caso esta consinta, o “Estatuto de Vítima”⁶¹. O Estatuto de Vítima comporta não só um conjunto de direitos e deveres relativos ao processo, como também um conjunto de direitos sociais que são atribuídos em função da sua especial situação.

Analisada a situação descrita no auto de notícia, dá-se início ao inquérito, tal como contemplado no art.º 262 do CPP, uma vez que não se concretiza nenhuma das excepções que obstat à abertura do mesmo, como iremos analisar no ponto 2.2.. Nesta fase do processo, o MP procede à realização da investigação, a fim de esclarecer a notícia do crime, recolhendo a prova necessária para a dedução de acusação.

⁵⁵ Quando, ao longo deste capítulo, surja a menção a artigos sem estarem acompanhados da identificação do respectivo diploma legal deve-se entender que se refere ao Código de Processo Penal.

⁵⁶ Como demonstra o art.º 243 do CPP.

⁵⁷ Tal como definido pelo art.º 1, al. c) do CPP.

⁵⁸ Não se deve esquecer que este dever de denúncia recai sobre as entidades policiais e sobre os funcionários públicos, descritos no art.º 386 CP.

⁵⁹ A denúncia obrigatória prevalece sobre o dever de segredo profissional, como o caso em análise, havendo uma quebra justificada do segredo. Como analisa Paulo Pinto de Albuquerque, *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 4.ª edição actualizada, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2011, pág. 391 e 392; e Paulo Sancho, *O segredo médico no contexto de Violência doméstica*, in Revista da Ordem dos Médicos, n.º 165, Ano 31, Dezembro de 2015, pág. 17 a 20.

⁶⁰ Art.º 243, n.º 3 do CPP.

⁶¹ A Portaria n.º 229-A/ 2010, de 23 de Abril, define no anexo I o Modelo de documento comprovativo da atribuição do estatuto da vítima que foi consagrado no art.º 14 da Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro.

2.2. Legitimidade processual

Como oportunamente foi referido, actualmente o crime de violência doméstica é um crime público, o que significa que não é necessária queixa⁶² para que seja iniciado o processo penal⁶³.

Uma vez obtida a notícia de crime, o MP tem legitimidade processual (que lhe é conferida pelo art.º 48 do CPP) para promover o processo, ainda que a vítima não deseje procedimento criminal contra o agressor.

Ora, a premissa contemplada levanta várias questões, designadamente ao nível da vontade da vítima e da sua participação no processo. Uma das questões inquietantes que pude observar durante a análise de processos foi o facto de, no auto de inquirição, após a vítima relatar todo o sucedido, declarar que não pretende procedimento criminal contra o acusado/arguido⁶⁴. Este pormenor pode não parecer relevante, tendo em conta que se está perante um crime público, mas, ainda assim, merece a nossa atenção, pois, perante esta constatação, antevêm-se vários desfechos possíveis: 1) a Suspensão Provisória do Processo (de que falaremos no ponto 2.5.); 2) a utilização da recusa de depoimento estabelecida no art.º 134 do CPP (da qual falaremos no ponto 3), e 3) a absolvição do arguido, pois, se durante o julgamento, o Juiz entender que os factos descritos na acusação e provados em audiência de julgamento, não consubstanciam um crime de violência doméstica, mas sim um crime de ofensa à integridade física (art.º 132 CP) ou de ameaça (art.º 153 CP)⁶⁵, que dependem de queixa e para os quais o MP não tem legitimidade, por se tratar de um crime semi-público, o arguido será absolvido.

2.3. As medidas de coacção aplicadas ao agressor

As medidas de coacção encontram-se previstas no Capítulo I, do Título II do CPP. Entende-se que estas são medidas processuais que condicionam a liberdade do arguido (e só a ele podem ser aplicadas) e têm como finalidade acautelar, segundo o art.º 204 CPP, a fuga

⁶² Art.º 113 do CP.

⁶³ No entender de Maria Fernanda Palma, *Conceito material de crime, direitos fundamentais e reforma penal*, Lisboa, Outubro de 2012, pág. 11 e 12, disponível em http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/TQB_MA_22910.pdf, a transformação do crime semi-público em crime público, no caso da violência doméstica, visa na sua essencialidade “(...) pôr termo à cumplicidade da sociedade com a violência privada no seio de espaços tradicionalmente inacessíveis (...)”.

⁶⁴ Sendo mais correcto designar os dois termos uma vez que, quando é interrogada a vítima, o agressor pode ainda não ter sido constituído arguido no processo.

⁶⁵ O que constitui uma alteração da qualificação jurídica dos factos descritos na acusação, previsto no art.º 358, n.º 3 do CPP.

ou o perigo de fuga, o perigo de perturbação do decurso do inquérito ou da instrução do processo, assim como o perigo para a aquisição, conservação ou veracidade da prova, o perigo da continuação da actividade criminosa e, no caso específico da violência doméstica, a protecção da vítima.

A aplicação de qualquer medida de coacção deve ser norteadada pelos princípios da legalidade (art.º191), necessidade, adequação e proporcionalidade (art.º193), articulando-se a exigida fundamentação da aplicação de cada uma das medidas com as exigências cautelares do caso em concreto.

Com excepção do termo de identidade e residência (TIR), que pode ser aplicado por opç ou autoridade judiciária, o juiz pode impor ao arguido uma das seis medidas de coacção previstas no CPP, a saber: caução (art.º 197); obrigação de apresentação periódica (art.º 198); suspensão do exercício de profissão, função, actividade ou direitos (art.º 199); proibição e imposição de condutas (art.º 200); obrigação de permanência na habitação (art.º 201) e prisão preventiva (art.º 202).

Para além das medidas de coacção previstas no CCP, deve-se ter em conta as medidas previstas pelo art.º 31 da Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro, uma vez que se trata de medidas cautelares urgentes, destinadas apenas ao crime de violência doméstica, que devem ser aplicadas ao arguido no prazo máximo de 48 horas.

Assim, o tribunal pode considerar a utilização de uma ou mais medidas de coacção, tendo em conta a necessidade de protecção da vítima, de entre as quais: a) Não adquirir, não usar ou entregar, de forma imediata, armas ou outros objectos e utensílios que detiver, capazes de facilitar a continuação da actividade criminosa; b) Sujeitar, mediante consentimento prévio, a frequência de programa para arguidos em crimes no contexto da violência doméstica; c) Não permanecer na residência onde o crime tenha sido cometido ou onde habite a vítima⁶⁶; e d) Não contactar com a vítima, com determinadas pessoas ou não frequentar certos lugares ou meios.

Deve-se ainda ressaltar que as medidas de coacção apresentadas podem ser cumuladas com as medidas de coacção previstas no CPP.

No que respeita à aplicação das medidas de coacção no Tribunal de Sintra, durante o ano de 2016, pude verificar que foram presos preventivamente 47 arguidos à ordem de inquéritos de violência doméstica, o que representa 4 % das medidas de coacção aplicadas.

⁶⁶ Apesar de parecer que a medida visada levanta dúvidas quanto à conformidade com o art.º 62 CRP, esclarece André Lamas Leite, *Violência relacional íntima* (...), pág. 61, que esta medida é de carácter provisório e apenas se traduz numa limitação momentânea de um direito que o agente tem, cabendo ao juiz ponderar a aplicação de tal medida.

Quanto à medida de coacção de proibição de contactos, esta foi aplicada a 15 arguidos, obtendo uma percentagem de 1,13% e, no que toca à proibição de permanência na habitação, apenas foi aplicada a 9 arguidos, não chegando a sua percentagem a 1% das medidas de coacção aplicadas aos arguidos⁶⁷.

Os números apresentados parecem redutores, tendo presente que o crime analisado é o crime de violência doméstica e que a vítima se encontra mais protegida quando são aplicadas estas medidas de coacção. Mas deve-se ter em consideração que 59% dos inquéritos em análise foram arquivados⁶⁸. Assim, analisando os dados tendo em conta os inquéritos em que foi deduzida acusação, verificamos que estas três medidas de coacção foram aplicadas a 42% dos casos em análise, bastando para os restantes casos a aplicação de medidas de coacção menos gravosas⁶⁹.

A este propósito, deve-se considerar como principal fundamento da aplicação destas medidas a reiteração do comportamento do arguido e a gravidade das condutas perpetradas na vítima. Um dos factores que também sustenta o elevado número de aplicação destas medidas de coacção é a revisão da medida de coacção, pois, nos casos que pude analisar, estas medidas só são aplicadas perante a não inibição da continuação da prática das condutas pelas quais o arguido foi indiciado, mesmo após ter sido constituído como arguido⁷⁰. Perante tais factos, existe uma especial necessidade de protecção da vítima face ao perigo de continuação da actividade criminosa, tendo em atenção que, na maioria dos casos, existe da parte do arguido vontade de retaliação contra a ofendida, por esta, mais uma vez, o ter denunciado.

A par das medidas de coacção referidas por ambos os regimes importa, ainda, concretizar a aplicação do art.º 30 da Lei em análise, em confronto com o art.º 257 do CPP, uma vez que ambos comportam um regime diferente quanto à detenção fora de flagrante delito.

No âmbito do art.º 30 do regime previsto para o crime de violência doméstica, o legislador determinou que a detenção fora de flagrante delito pode ser efectuada por mandado do juiz ou do MP, sendo admitida quando: 1) houver perigo de continuação da actividade criminosa ou 2) se mostrar imprescindível à protecção da vítima. Neste sentido, apesar do critério utilizado pelo legislador, ser diverso do exigido pelo art.º 257 do CPP, trata-se apenas de uma alteração terminológica, dado que o resultado produzido é o mesmo. Assim, no que a estes critérios diz respeito, o art.º 257 do CPP, já acautelava continuação da actividade criminosa ao identificar como critério o fundamento exigido pelo art.º 204, al. c), que

⁶⁷ Anexo II, gráfico 1, pág. 84.

⁶⁸ Anexo I, gráfico 1, pág. 83.

⁶⁹ Anexo II, gráfico 2, pág.84.

⁷⁰ Refere-se os casos em que as medidas de coacção aplicadas são o TIR e a obrigação de apresentação periódica.

prevê a continuação da actividade criminosa, sendo que a protecção da vítima já se encontrava contemplada pela al. c) do art.º 257 do CPP.

Contudo, refere Paulo Pinto Albuquerque⁷¹, que o art.º 30 da Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro, tem um regime mais restritivo do que o art.º 257 do CPP, ao delimitar as situações em que é possível a detenção fora de flagrante delito. Os requisitos, do regime em análise, não acautelam o perigo de perturbação do decurso do inquérito ou da instrução do processo, nomeadamente, as situações de perigo para a aquisição, conservação ou veracidade da prova, bem como o perigo de perturbação grave da ordem e tranquilidade pública.

Por fim, o autor⁷² destaca, como novidade do regime, a inclusão das autoridades judiciais no elenco das autoridades com poder para deter fora de flagrante delito.

No entanto, apesar das alterações efectuadas, não se poderá dizer que o legislador desenhou “*um regime específico para a detenção fora de flagrante delito, opção que encontra arrimo inequívoco nas necessidades de protecção da vítima de violência doméstica*”⁷³, uma vez que o regime geral é um regime de protecção mais ampla do que o actualmente previsto para os crimes de violência doméstica, com excepção do alargamento do elenco acima referido.

2.4. O despacho final do inquérito

Nos termos do disposto no n.º1 do 263º do CPP, a titularidade e direcção da fase processual do inquérito pertence, em exclusivo, ao MP, sendo que o objectivo do inquérito é a fundamentação duma decisão de acusar ou de não acusar (como aponta o art.º 262, n.º1), o que constitui um corolário do princípio do acusatório.

Assim, face à investigação desenvolvida durante a fase do inquérito, o MP procede à análise da prova recolhida, seguindo os critérios da legalidade e objectividade, e pode decidir proferir as seguintes decisões: 1) Despacho de arquivamento do inquérito; 2) Despacho de suspensão provisória do processo e 3) Despacho de acusação. Cabe analisar separadamente cada uma das decisões e verificar, tal como fez quanto às medidas de coacção, a percentagem de casos que segue cada uma dessas decisões.

⁷¹ Paulo Pinto de Albuquerque, *Comentário do Código de Processo Penal ...*, pág. 706.

⁷² *Idem*, pág. 706.

⁷³ Proposta de Lei n.º 248/X, vista e aprovada em Conselho de Ministros a 15 de Janeiro de 2009, pág. 8.

2.4.1. Despacho de arquivamento do inquérito

O despacho de arquivamento do inquérito, contemplado pelo art.º277 do CPP, é um acto processual que consiste no encerramento do procedimento criminal.

Decorre, então, do preceito legal, que pode ser proferido despacho de arquivamento do inquérito quando: o MP considere ter prova bastante de que o crime sob investigação não se verificou; o crime não tiver sido cometido pelo arguido; o procedimento for legalmente inadmissível; e quando não tiverem sido recolhidos indícios suficientes de se ter verificado um crime⁷⁴.

No contexto da violência doméstica, a percentagem de casos que foram arquivados ascende aos 59% no ano de 2016, em Sintra⁷⁵. Um dos principais motivos para que se registre esta elevada taxa de arquivamento é, sem dúvida, a falta de prova para que possa ser deduzida acusação. Trata-se de um crime silencioso, cometido no recato do lar, isento do olhar alheio, o que se traduz numa dificuldade acrescida para a recolha de prova, especialmente nos casos em que não há “marcas visíveis” de que tal crime tenha sido cometido.

Um dos casos que tive oportunidade de acompanhar é revelador da dificuldade da recolha de prova e da colaboração da própria vítima no caso de violência doméstica.

Neste caso, que reporta a 2009, a abertura do inquérito teve início após a denúncia por parte da vítima à GNR, de que tinha sido agredida com murros na cabeça e ameaçada de morte pelo filho, tendo chamado os elementos da GNR para que o agressor cessasse a sua conduta. Chegada a GNR ao local, apenas viu a vítima e tentou perceber o que se tinha passado, pois o agressor já tinha abandonado o local, pelo que elaborou o auto de notícia, fazendo constar a informação recebida por parte da vítima, associando a prática descrita a um crime de violência doméstica. Neste sentido, iniciaram-se as diligências necessárias para que fosse produzida prova suficiente para a dedução de acusação por parte do MP, começando pela inquirição da vítima. Uma vez apresentada a possibilidade de recusa de depoimento, em virtude de o arguido ser seu filho (como contempla o art.º 134 do CPP), a vítima usou desse direito para recusar o seu depoimento perante opc⁷⁶. Tendo em conta o cenário apresentado, e, uma vez que não foram indicadas quaisquer testemunhas, nem requeridas outras diligências de investigação, o MP encerrou o inquérito, afirmando que não se vislumbra qualquer utilidade em prosseguir a investigação, arquivando o inquérito.

⁷⁴Art.º 277, n.º 1 e 2 CPP, respectivamente.

⁷⁵ Anexo I, gráfico 1, pág. 83.

⁷⁶ Art.º 270, n.º 1 CPP.

De modo diferente procedeu a vítima, em 2012, depois de ter denunciado na esquadra as ofensas corporais e verbais sofridas. Após a rejeição por parte da vítima da faculdade que tinha utilizado no inquérito anterior, esta relatou durante a inquirição todas as condutas realizadas pelo agressor e indicou testemunhas, levando, assim, o Procurador do MP a determinar a reabertura do inquérito anterior, possibilidade que lhe é atribuída pelo art.º 279, n.º 1 do CPP. Já no decorrer da investigação, o agressor é detido em flagrante delito (arts. 255º, n.º 1 e 256º, n.º 2 do CPP), por desferir no corpo da ofendida sete golpes, utilizando uma faca de cozinha. Aquando da chegada da PSP, o arguido afirmou ter esfaqueado a ofendida e conduziu os agentes à arma do crime.

É então validada a constituição do arguido e segue-se o primeiro interrogatório judicial, onde o arguido não quis prestar declarações, ficando sujeito à medida de prisão preventiva (art.º 202 CPP).

Face ao exposto, foi deduzida acusação, imputando-se ao arguido um crime de violência doméstica agravada (art.º 152, n.º1, al. d), n.º 2, 4 e 5 CP). Em sede de julgamento, face à prova produzida, foram dadas como provadas as condutas realizadas pelo arguido, mas não as qualidades referentes à pessoa da ofendida, nomeadamente, ser *pessoa particularmente indefesa* em razão das doenças de que padecia. Não estando verificado o tipo objectivo, o juiz do processo operou a convolação jurídica, por se tratar de mera alteração da qualificação jurídica, prevista no art.º 358, n.º1, tendo sido o arguido condenado pelo crime de ofensa à integridade física (art.º 143, n.º 1 CP) e um crime de ameaça agravada (arts. 153, n.º 1 e 155, n.º 1 al. a), por referência ao art.º 131 do CP). Em cúmulo jurídico, o arguido foi condenado a uma pena única de 17 meses de prisão.

Este caso ilustra uma problemática com a qual o MP tem de lidar no sistema penal, uma vez que, como se salientou, a descoberta da verdade apenas é possível com o auxílio, não só da vítima, como das pessoas que a rodeiam. Não se vislumbrando qualquer meio de prova, o MP não tem outra solução senão arquivar o caso.

Outro dos motivos pelo qual se dá o arquivamento do inquérito é o facto de, após a investigação, o inquérito assumir um quadro diverso do inicialmente previsto, ou seja, verifica-se que se trata de um crime de ofensa à integridade física ou crime de ameaça e, nesses casos, face à ilegitimidade do MP para a promoção do processo penal, o procedimento criminal torna-se legalmente inadmissível, sendo o arquivamento inevitável, com a excepção da apresentação de queixa pela pessoa titular do direito de queixa.

Resta salientar que os despachos de arquivamento estão sujeitos a um duplo controlo: hierárquico e judicial. O controlo hierárquico é realizado através de requerimento do assistente ou do denunciante (com a faculdade de se constituir assistente) ou por iniciativa do superior hierárquico (art.º 278, n.º 1 e 2). Quanto ao controlo judicial, este é realizado através do requerimento da abertura da instrução. O requerimento para a abertura da instrução, como expressa o art.º 286, pode ser requerido pelo arguido ou pelo assistente. Este apenas pode ser rejeitado por extemporaneidade, por incompetência do juiz ou por inadmissibilidade legal da instrução (art.º 287, n.º 1, al. b) e n.º 3).

2.4.2. Despacho de suspensão provisória do processo

O instituto da suspensão provisória do processo encontra-se previsto no art.º 281 do CPP e surge como uma das soluções que permite a agilização da justiça. Trata-se de uma solução célere que permite implementar resoluções capazes de dar uma resposta efectiva e assegurar a protecção dos bens jurídicos penalmente tutelados, sem a consequente morosidade associada aos processos submetidos a julgamento.

Assim, sempre que no decorrer do inquérito tiverem sido recolhidos indícios suficientes da prática de um crime punível com pena de prisão não superior a 5 anos ou com outra sanção, deve o MP decidir, de acordo com o princípio da oportunidade⁷⁷, com a concordância do juiz de instrução criminal, pela suspensão do processo, impondo ao arguido separada ou cumulativamente as injunções previstas no n.º2 do art.º281.

Contudo, este só pode ser aplicado oficiosamente ou a requerimento do arguido ou do assistente, quando cumpra cumulativamente os requisitos exigidos pelo art.º 281, n.º1: 1) Concordância do arguido e do assistente; 2) ausência de condenação anterior por crime da mesma natureza; 3) ausência de aplicação da SPP por crime da mesma natureza; 4) Não haver lugar a medida de segurança de internamento; 5) ausência de um grau de culpa elevado e 6) ser de prever o cumprimento das injunções e regras de conduta responda suficientemente às exigências de prevenção que no caso se façam sentir⁷⁸.

Na verdade, o próprio art.º 281, n.º 7 faz alusão ao crime de violência doméstica, sendo apenas exigidos como requisitos a ausência de condenação anterior por crime da

⁷⁷ Como refere Pedro Caeiro, *Legalidade e oportunidade: a perseguição penal entre o mito da “justiça absoluta” e o fetiche da “gestão eficiente” do sistema*, pág. 2, o princípio da oportunidade surge como “*uma liberdade de apreciação do MP relativamente ao se da decisão de investigar ou de acusar apesar de estarem reunidos os pressupostos legais (gerais) dos ditos deveres*”. Disponível em <http://www.fd.uc.pt/~pcaeiro/2002%20Legalidade%20e%20oportunidade.pdf>.

⁷⁸ A verificação dos requisitos exigidos pelo art.º 281, n.º1 é da competência do Juiz de Instrução Criminal como afirma o Ac. da Relação de Guimarães, de 28 de Junho de 2010, proc. n.º 710/09.7GAEPS-A.G1, Relator Tomé Branco, disponível em www.dgsi.pt.

mesma natureza e a ausência de aplicação anterior de SPP por crime da mesma natureza (al. b) e c), n.º 1 do art.º 281)⁷⁹. Saliente-se, também, que o instituto, neste caso, só pode ser determinado mediante *requerimento livre e esclarecido da vítima*, o que significa que a vítima deve perceber as consequências da aplicação do regime, nomeadamente a não prossecução do processo e deve fazê-lo livremente⁸⁰ (sem qualquer tipo de coacção ou pressão para acabar com o processo). Assim, cabe ao magistrado titular do inquérito, como observa a Directiva n.º 1/2014⁸¹, de 15 de Janeiro de 2014, da PGR, no capítulo X, n.º 3, assegurar que o requerimento foi apresentado de forma livre e espontânea e, por isso, não se prescinde do contacto pessoal com a vítima.

Por último, deve ainda ter-se em atenção que a SPP só é aplicada com a concordância do juiz de instrução e do arguido⁸². Apesar de se tratar de uma questão pouco levantada, o arguido pode não querer sujeitar-se ao cumprimento das injunções fixadas, invocando a sua inocência quanto às condutas descritas pela vítima. Bem se sabe que a aplicação da SPP não implica, da parte do agente, uma confissão dos factos, mas se o arguido preferir demonstrar a sua inocência, por uma questão de honra ou defesa do seu bom nome, esta oportunidade deve ser-lhe concedida, demonstrando-se aqui que a aplicação das injunções não faria sentido e que a denúncia efectuada era caluniosa. Por outro lado, a concordância do arguido, quanto às medidas que lhe são aplicadas, é crucial para que perceba que a sua conduta foi desconforme o direito e às regras em comunidade, mas que, ainda assim, foi-lhe dada uma oportunidade de interiorizar o desvalor das suas condutas apenas com a SPP.

⁷⁹ Discorda-se, assim, de Paulo Albuquerque quando este refere no *Comentário do Código de Processo Penal (...)*, pág. 765, que “os requisitos da culpa não elevada e da adequação das injunções e regras de conduta não podem deixar de ser aplicáveis (...), embora o legislador os tenha omitido”, uma vez que, a sufragar tal entendimento, o artigo teria uma aplicação diminuta quanto ao grau de culpa do agente, sendo que a adequação das injunções e regras de conduta é uma exigência constitucionalmente prevista pelo art.º 18, n.º 2 e 3 da CRP. Se o legislador optou por excluir tal requisito para a aplicação do regime aos casos de violência doméstica, não o tendo incluído no artigo dedicado a este tipo de crime, não se vislumbra a exigência do cumprimento do mesmo. Como observa Jorge dos Reis Bravo, *A actuação do Ministério Público no âmbito da violência doméstica*, in *Revista do Ministério Público*, n.º 102, Editorial Minerva, Lisboa, Abril/Junho de 2005, pág. 63, “a Lei opta por excepcionar tais situações (concedendo uma “oportunidade”), em homenagem aos interesses comunitários na recomposição do normal relacionamento conjugal ou familiar”.

⁸⁰ Esta regra não implica que o MP não possa informar a vítima da possibilidade da utilização do instituto da SPP. Sempre que se encontrem já verificados os pressupostos para a aplicação da SPP, pode o MP elucidar a vítima dessa oportunidade, cabendo-lhe decidir se aceita essa possibilidade ou não, fazendo-a ter um papel activo no próprio processo.

⁸¹ Observada a Directiva n.º 1/2014, de 15 de Janeiro de 2014, actualizada pela Directiva n.º 1/2015, de 30 de Abril de 2015, ambas da PGR, verifica-se que, para a aplicação do instituto da SPP aos casos de violência doméstica, tentou-se implementar um procedimento de aplicação bastante coerente e homogéneo, atendendo às circunstâncias do caso concreto, com a finalidade última de protecção da vítima.

⁸² Como refere o Ac. da Relação do Porto, de 20 de Junho de 2012, Proc. n.º 90/11.0GFPR.T.P1, Relator Joaquim Gomes, que quanto à SPP diz: “*Sendo a essência da mesma o acordo, não pode ser imposto, seja por quem for, designadamente o arguido, o assistente, os demandantes, o Ministério Público e muito menos o juiz*”, disponível em www.dgsi.pt.

No que se refere às regras de conduta e injunções aplicadas, elas variam de caso para caso, ajustando-se, não só às necessidades de protecção da vítima, como também às necessidades de prevenção e de reabilitação do agente, sendo que, nos casos de violência doméstica, segundo o art.º 282, n.º5, a duração da suspensão pode chegar até aos cinco anos. O resultado final da aplicação da SPP depende da acção do arguido, uma vez que ele pode cumprir tudo o que lhe foi imposto e ver o processo arquivado ou pode infringir as regras impostas, tendo como consequência final a dedução de acusação.

Para se perceber melhor a dificuldade de previsão dos resultados da aplicação do instituto da SPP, penso que será importante demonstrar com dois exemplos antagónicos, como nunca é previsível o desfecho de cada processo.

O primeiro caso em análise iniciou-se com uma denúncia feita pela própria vítima junto da PSP, que dizia ser vítima de maus tratos psicológicos por parte do marido e ser controlada monetariamente pelo mesmo, motivo pelo qual se via forçada a recorrer ao auxílio financeiro dos pais (nomeadamente, para despesas de alimentação e saúde) ⁸³.

A ofendida prestou declarações indicando ainda três testemunhas que, uma vez chamadas para a inquirição, corroboraram a sua versão dos factos, caracterizando cada uma delas a relação que ambos mantinham e, apesar de salientarem que nunca observaram na vítima marcas de agressões físicas, confirmaram que o arguido exercia pressão psicológica e sempre controlou monetariamente o salário da ofendida, bem como as economias da família.

Uma vez chamado o denunciado para inquirição, este mostrou-se colaborante no processo, demonstrando que a denúncia apenas tinha sido feita em virtude de um outro processo, que no momento se encontrava a decorrer, de regulação do exercício do poder parental. Na sua versão dos factos, pretendeu demonstrar que nunca existiram maus tratos psicológicos e que os pais da ofendida sempre apoiaram o casal e o auxílio financeiro era feito voluntariamente.

Face aos factos indiciados, foi considerada a SPP, que foi aceite por ambos os intervenientes, durante o período de seis meses, por tal se mostrar adequado, impondo-se o cumprimento das seguintes injunções: 1) abster-se de molestar física e psicologicamente a ofendida, nem a ofender na sua honra e dignidade, bem como não a ameaçar por qualquer meio; 2) não contactar a vítima, por qualquer meio, excepto para tratar de assuntos relacionados com as filhas de ambos; 3) prestar 120 horas de trabalho a favor da comunidade.

Após a aplicação do instituto, é realizado um relatório sobre a execução da medida, onde é examinada a execução das medidas impostas, para perceber se o arguido as cumpre.

⁸³ Sustentando-se neste processo uma das formas de violência doméstica – a violência doméstica económica.

Neste caso, a ofendida foi notificada para ser inquirida, a fim de perceber se as medidas estavam a ser cumpridas (monitorização da execução da medida), pelo que informou o procurador do MP, que, certo dia, o arguido a perseguiu e se viu obrigada a permanecer na casa dos pais com medo do arguido.

Face a estas declarações, o Procurador MP viu-se obrigado a revogar a SPP do processo e a deduzir acusação dos factos enunciados (art.º 282, n.º4, al. a)), foi ainda revista a medida de coacção aplicada ao arguido, que ficou sujeito, para além do TIR, à medida de coacção de proibição de condutas, nomeadamente, as previstas no art.º 200, n.º 1, als. a) e d).

Já em sede de julgamento, face aos documentos apresentados pela contestação e à inquirição das testemunhas, o juiz deu como provado que a vítima tinha uma conta bancária da qual era única titular, e, por isso, podia aceder livremente ao seu dinheiro. Ficou demonstrado que, para além do facto anteriormente descrito, a denunciante efectuava movimentos bancários de valor elevado (recibos onde constava a sua assinatura), pelo que se constatou que o arguido não a controlava monetariamente. Também se conseguiu apurar que os pais da vítima não contribuíam para prover as necessidades básicas da família e que as agressões psicológicas que constavam da acusação não foram feitas directamente à vítima, mas sim a outra pessoa que lhas transmitiu. Assim, por força da prova produzida em audiência de julgamento, o arguido foi absolvido do crime de violência doméstica⁸⁴.

Como podemos observar, o não cumprimento das medidas impostas nem sempre demonstra que o arguido cometeu os factos enunciados pela alegada vítima. Neste âmbito, pode-se destacar o papel fundamental da apresentação de toda a documentação possível para demonstrar o não controlo da vítima, através da apresentação da contestação, e, também, é de salientar que todos os depoimentos, nomeadamente o da vítima e o do arguido, foram importantes para o juiz que, atendendo ao princípio da livre apreciação da prova (art.º 127), decidiu absolver o arguido.

O outro processo que pretendo descrever é completamente diferente do anteriormente relatado. Assim, vejamos:

Neste segundo processo, a vítima dá início ao inquérito com a denúncia às autoridades de que foi agredida fisicamente pelo companheiro durante uma discussão. Foi dado início ao procedimento criminal e face aos factos apurados pela investigação do MP, foi transmitida à vítima e ao arguido a possibilidade da SPP, a qual aceitaram. Foram assim impostas ao arguido as medidas a cumprir, durante o período de 18 meses, entre as quais: 1) abster-se de

⁸⁴ O processo foi objecto de recurso para o Tribunal da Relação de Lisboa e foi confirmado na íntegra.

molestar física e psicologicamente a ofendida e manter uma postura de respeito e 2) entregar uma quantia à APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima).

O arguido cumpriu as injunções que lhe foram impostas em sede de SPP e, por esse motivo, o inquérito foi arquivado (art.º 282, n.º 3).

Contudo, apesar do inquérito ter sido arquivado, esta situação ainda não tinha terminado. Dois anos após o arguido ter cumprido as injunções, em virtude da estreita relação que mantinha com a vítima por via do filho de ambos, foi a casa dela e tentou mais uma vez a reconciliação, o que esta recusou. Dada esta conversa por terminada e mostrando a vítima o caminho para a saída, o arguido iniciou uma discussão por a vítima não aceder ao seu pedido. Recusando-se a sair da residência, o arguido utilizou uma faca de cozinha, de que a vítima se tinha munido para o expulsar da sua casa, e espetou-a no corpo da vítima. Face a tal acontecimento, e pensando que a vítima já estava morta, decidiu colocá-la na banheira e abrir a água quente até o corpo ficar totalmente submerso.

Em sede de julgamento, deu-se por provado todos os factos até agora descritos, e comprovou-se ainda que a vítima faleceu em virtude das lesões traumáticas sofridas e da asfixia por submersão. O arguido foi condenado por um crime de homicídio qualificado (artigos 131.º e 132.º, n.º 2, al.b) do CP), numa pena de 20 anos de prisão⁸⁵.

Neste caso, não era possível prever este desfecho, não se podendo atribuir uma culpa directa ao sistema, pois, se nalguns casos a SPP é suficiente, noutros mostra-se completamente inadequada, mas os resultados, como se verificou, não se podem prever. Mas, apesar disso, devem tentar antecipar-se medidas adequadas à salvaguarda de direitos constitucionalmente protegidos, como previsto no art.º 18, n.º 2 e 3 da CRP.

2.4.3. Despacho de acusação

Nas palavras de Germano Marques da Silva, o despacho de acusação é “*a manifestação da pretensão de que o arguido seja submetido a julgamento pela prática de determinado crime e por ele condenado com a pena prevista na lei*”⁸⁶.

O regime da acusação pelo MP encontra-se previsto no art.º 283 do CPP, inserido no capítulo III (do encerramento do inquérito), do Título II (Do inquérito).

⁸⁵ A par da procedência do pedido de indemnização civil deduzido, nomeadamente pelo dano morte, pelo sofrimento da vítima e danos morais próprios do filho.

⁸⁶ Germano Marques da Silva, *Direito Processual Penal Português: do procedimento (Marcha do Processo)*, vol. III, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2014, pág. 113.

Como oportunamente foi referido, o despacho de acusação é um dos três caminhos a seguir após o encerramento do inquérito. Assim, não se verificando os pressupostos para o arquivamento do inquérito ou para a suspensão provisória do processo⁸⁷, o MP, face à indiciação suficiente da prática do crime pelo arguido, decide deduzir acusação contra o mesmo.

Sendo a acusação uma das peças mais importantes do processo, uma vez que define o objecto do processo, delimitando o poder de pronúncia do tribunal⁸⁸, deve conter, conforme indica o art.º 283, n.º 3, os requisitos elencados, sob pena de nulidade.

Em primeiro lugar, na acusação deve constar a identificação do arguido, englobando todas as informações possíveis para a sua identificação e localização, uma vez que sem o arguido o processo seria inexistente, pois a acusação tem de ser deduzida contra alguém que se deve condenar, em virtude de ter praticado os factos descritos.

Em segundo lugar, é necessária a narração objectiva dos factos que fundamentam a decisão de acusar, deve assim ser tida em consideração quais as razões que motivam a aplicação de uma pena ou medida de segurança. A este propósito, deve ainda ser indicado, quando possível, o lugar, o tempo e a motivação da sua prática, bem como, o grau de participação do agente, entre outras circunstâncias que, ao ver do MP, se mostrem relevantes para a determinação da pena e a condenação do arguido.

Outro elemento fundamental é a indicação das disposições legais aplicáveis, uma vez que os factos devem ser delimitados em função das mesmas. Um dos conselhos que obtive no estágio foi precisamente quanto a esta matéria, pois uma acusação que conte uma história sem se referir concretamente a alguns pontos que a norma exige, especificamente para o autor ser condenado, pode significar a absolvição do arguido. Por isso, deve-se ter em consideração, em primeiro lugar, a norma e só depois a história, tendo em conta os elementos essenciais nela exigidos, para que nada falte.

⁸⁷ Como explicado no ponto 2.4.2., se tiver sido aplicada a SPP do processo e o arguido não tiver cumprido as injunções fixadas, é discriminado no despacho de acusação a revogação da SPP e elencados os elementos pelos quais o arguido não os cumpriu (relatório de execução das medidas), deduzindo o MP acusação contra o arguido.

⁸⁸ Deve ainda ser tido em atenção um dos princípios basilares do processo penal – o princípio do acusatório, em especial, o princípio da vinculação temática, pois como se refere no Ac. da Relação de Coimbra, de 28 de Maio de 2008, proc. n.º 20/05.9TATMR.C1, Relator Vasques Osório, “*O tribunal, no julgamento, está subordinado ao princípio da vinculação temática segundo o qual toda a actividade probatória a realizar tem como limite os factos que constam da acusação ou da pronúncia*”, disponível em www.dgsi.pt. Conforme consta do art.º 379, n.º 1, al. b) do CPP, a sentença é nula quando condenar o arguido por factos diversos dos descritos na acusação. Permite-se apenas a alteração não substancial dos factos descritos na acusação (art.º 358, n.º 1 e 3), tendo sempre esta alteração que ser comunicada ao arguido e, se necessário for, conceder-lhe o tempo necessário para a preparação da sua defesa.

A acusação deve também apresentar toda a prova que pode e deve ser analisada em audiência de julgamento, nomeadamente, prova documental, pericial e testemunhal. Quanto à prova testemunhal, à que ter em conta que só podem ser arroladas, no máximo, 20 testemunhas e a sua identificação deve constar na acusação. A mesma regra serve para a indicação dos peritos e consultores a serem ouvidos em julgamento.

Entende-se, tal como refere Germano Marques da Silva⁸⁹, que a não indicação de elementos de prova torna a acusação nula, isto porque toda a prova considerada para a decisão da causa tem de ser produzida em audiência de julgamento (art.º 355, n.º1 do CPP), assim, se não foi indicada nenhuma prova, significa que o acusador nada quer provar.

Por último, a acusação deve conter a data e assinatura, podendo-se, assim, identificar o autor e verificar a tempestividade da acusação.

Se algum destes pressupostos exigidos não constar na acusação, o presidente emite despacho de rejeição da acusação⁹⁰, por esta ser manifestamente infundada, no âmbito do art.º 311, n.º 2, al. a) e n.º 3.

Agora que se elencaram todos os elementos essenciais que devem constar na acusação, deve-se alertar para outros elementos que podem aparecer antes e depois do despacho da acusação.

Na acusação chega apenas ao juiz os factos que devem ser considerados em sede de julgamento, no entanto, na fase do inquérito, o MP investiga todos os factos que são susceptíveis de integrar um tipo de crime. De todos os factos que o MP tem conhecimento e, tendo como exemplo os crimes de violência doméstica, não são raros os casos em que, para além das ameaças feitas à vítima, são ameaçados, directamente, amigos ou familiares da vítima. Estes factos, que foram relatados através da inquirição de uma testemunha, não são abrangidos pela incriminação do 152.º do CP. Neste caso, por se tratar de um crime autónomo e que depende de queixa, o procedimento criminal não pode continuar devido à ilegitimidade do MP para promover o processo.

Assim, se o ofendido não desejar procedimento criminal, o MP deve, primeiramente, arquivar os factos referentes ao crime semipúblico (ou particular) e, posteriormente, deduzir acusação dos factos referentes ao crime de violência doméstica.

Um ponto que ainda não foi falado, mas que pode ser integrado no despacho de acusação, é a análise do estatuto processual do arguido. Em regra, após a descrição dos factos

⁸⁹ Germano Marques da Silva, *Direito Processual Penal* (...), Pág. 115.

⁹⁰ Neste caso remete-se directamente para a fase de julgamento, mas a acusação pode ser sujeita a comprovação judicial se o arguido requerer a abertura da instrução, como previsto pelo art.º 286, n.º 1 do CPP.

e a indicação de todos os elementos de prova, o MP considera a medida de coacção que foi aplicada aquando do interrogatório judicial do arguido, podendo decidir se a mantém ou se pretende indicar uma medida diversa da que lhe foi imposta.

Por último, importa referir que o despacho de acusação deve ser notificado aos intervenientes processuais, nomeadamente, à vítima e ao arguido, bem como os seus defensores.

No caso do arguido, logo que receba a notificação, pode requerer a abertura de instrução nos termos do art.º 287, n.º1, al. a). Quanto à vítima, ela pode constituir-se assistente no processo, usando, para isso, a faculdade concedida pelo art.º 284. Nesses casos, é de referir que a assistente, tal como o arguido, pode também requerer a abertura da instrução, tal como assegura o art.º 287, n.º1, al. b).

3. CAPÍTULO III – O Direito de recusa de depoimento na audiência de julgamento

3.1. O Artigo 134.º do Código de Processo Penal – “Recusa de depoimento”

O artigo 134.º sob epígrafe “Recusa de depoimento”, encontra-se sistematicamente inserido no Capítulo I (Da prova testemunhal), do Título II (Dos meios de prova), do Livro III (Da prova), e tem actualmente a seguinte redacção:

Artigo 134.º

(Recusa de depoimento)

1. *Podem recusar-se a depor como testemunhas:*
 - a) *Os descendentes, os ascendentes, os irmãos, os afins até ao 2º grau, os adoptantes, os adoptados e o cônjuge do arguido;*
 - b) *Quem tiver sido cônjuge do arguido ou quem, sendo de outro ou do mesmo sexo, com ele conviver ou tiver convivido em condições análogas às dos cônjuges, relativamente a factos ocorridos durante o casamento ou a coabitação.*
2. *A entidade competente para receber o depoimento adverte, sob pena de nulidade, as pessoas referidas no número anterior da faculdade que lhes assiste de recusarem o depoimento.*

O preceituado no art.º 134 de CPP constitui um direito de recusa de depoimento para as testemunhas que preencherem os requisitos exigidos, nomeadamente, que detenham as qualidades exigidas pelo artigo, ou seja, o grau de parentesco (arts. 1580.º e 1581.º do CC) ou de afinidade (arts. 1584.º e 1585.º do CC) com o arguido que está a ser julgado.

Daqui resulta que esta disposição normativa é uma excepção ao princípio contemplado pelo art.º 131, n.º1 do CPP, o de que deve depor qualquer pessoa que tenha capacidade para ser testemunha, referindo Germano Marques da Silva⁹¹, que a *regra é a da capacidade*.

Assim, entende-se que o regime em análise destina-se a garantir que nenhuma pessoa se veja forçada a incriminar alguém que lhe é muito próximo, uma vez que, quando confrontado com tal situação, os laços afectivos e a confiança depositada pelo arguido na testemunha poderiam ser irremediavelmente afectados. Ao ser atribuído este direito, o legislador demonstrou que ponderou os valores em colisão (prossecução do interesse público e descoberta da verdade *vs.* relações familiares e de confiança) e decidiu proteger o último, atribuindo

⁹¹ Germano Marques da Silva, *Curso de Processo Penal II*, 5ª Edição, revista e actualizada, Editorial Verbo, 2011, pág. 202.

à testemunha a faculdade de escolher o caminho no qual se sente mais confortável, de modo a que não seja afectada a sua relação com o arguido⁹².

Na jurisprudência, é de destacar o acórdão da Relação de Évora, de 3 de Junho de 2008⁹³, que entendeu que o direito de recusa de depoimento faz-se em nome de “*um direito próprio a evitar o conflito pessoal que resultaria para a testemunha de poder contribuir para a condenação de um seu familiar (ou cônjuge) ao cumprir o dever legal de falar com verdade; salvaguarda das relações de confiança e solidariedade no seio da instituição familiar*”. Noutra decisão, fazendo-se sobrepor a “prevalência da família” a outros princípios, em acórdão de 30 de Janeiro de 2013, a Relação do Porto⁹⁴, salienta que “*num Estado de direito a prova não pode ser obtida a qualquer preço*” e, por isso, o art.º 134, “*permite confrontar a consciência da pessoa que iria depor ou prestar declarações (na medida em que lhe confere o direito de recusar-se a prestar depoimento ou declarações)*”.

É importante ter assente que, sempre que a testemunha for inquirida quanto aos factos cometidos pelo arguido, tem de ser advertida da faculdade que lhe assiste, estando ela a ser inquirida por opc ou juiz, sob pena de nulidade. Assim, é a testemunha que dispõe desta faculdade e utilizá-la-á do modo que considerar ser o mais adequado, podendo, por isso, em sede de inquirição por opc, recusá-la ou aceitá-la e, em momento posterior, por exemplo na fase de julgamento, adoptar uma conduta diferente. A atribuição deste direito potestativo às testemunhas visadas foi defendido, não só pela doutrina, como também pela jurisprudência.

Neste sentido, Paulo Pinto de Albuquerque⁹⁵ defende que “*o parente ou afim é o único senhor deste direito e exerce-o sem qualquer restrição*”.

Já o Tribunal Constitucional em acórdão proferido a 25 de Março de 2009⁹⁶, pronunciou-se pela não inconstitucionalidade do art.º 134, n.º1, al. a) do CPP referindo que “*neste domínio prevalecem sentimentos e representações pessoais e só a testemunha sabe o que teme ser chamada a dizer e só ela pode avaliar, nesse plano moral ou sócio-afectivo, o que (ab immo pectore) receia poder resultar do que tiver de dizer contra o arguido e é susceptível de condicionar a sua decisão de prestar ou de recusar o depoimento.*” (sublinhado nosso). Sobre o mesmo caso, o Tribunal da Relação de Lisboa já se tinha pronunciado no mesmo sentido, no acórdão de 19 de Setembro de 2007, salientando “*(...) que o direito conferido à testemunha pela mencionada disposição legal é de natureza pessoal, razão pela*

⁹² É também entendido que, quando sejam imputados ao arguido (familiar da testemunha) e co-arguidos os mesmos factos, o direito atribuído pelo art.º134, abrange também os co-arguidos.

⁹³ Ac. da Relação de Évora, de 3 de Junho de 2008, Proc. n.º 1999/07-1, Relator António João Latas, disponível em www.dgsi.pt.

⁹⁴ Ac. da Relação do Porto, de 30 de Janeiro de 2013, proc. n.º 95/10.9GACPV.P1, Relatora Maria do Carmo Silva Dias, disponível em www.dgsi.pt.

⁹⁵ Paulo Pinto de Albuquerque, *Comentário do Código de Processo Penal (...)*, pág. 374.

⁹⁶ Ac. do Tribunal Constitucional n.º 154/2009, proc. n.º 1063/07, Relator Victor Gomes, disponível em www.tribunalconstitucional.pt.

qual só à própria compete decidir sobre o seu exercício. (...) A limitação ao direito de defesa que daí pode, eventualmente, decorrer é constitucionalmente justificada pela necessidade de salvaguardar a dignidade da pessoa humana (artigo 18.º n.º2, da Constituição).” (sublinhado nosso).

Suscitam-se, no entanto, dúvidas quanto à constitucionalidade da solução legal apresentada na al. b) do art.º em análise, em comparação com a al. a), por violação do princípio constante do art.º 13 da CRP (que prevê o princípio da igualdade, fazendo constar que todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei).

A este propósito, a doutrina⁹⁷ fez-se pronunciar no sentido da inconstitucionalidade da al. b) do n.º1 do art.º134⁹⁸, uma vez que esta não prevê a recusa de depoimento quanto a factos anteriores ao período de coabitação, facultade essa que é concedida ao cônjuge do arguido, previsto na al. a) do artigo. Já a jurisprudência⁹⁹ não se pronunciou sobre a constitucionalidade desta alínea, demonstrando apenas que, quando se está perante uma situação abrangida pela mesma, a testemunha não goza dessa faculdade legal se não se demonstrar que os factos ocorreram durante a coabitação.

Assinale-se ainda que o preceito, ao prever no seu n.º 2 a nulidade do depoimento que é prestado pela testemunha que não tenha sido advertida pela entidade competente, consubstancia uma nulidade dependente de arguição (art.º 120)¹⁰⁰ que só pode ser invocada pela própria testemunha e não pelo arguido. Pode ainda entender-se¹⁰¹ que a falta de advertência conforma uma proibição de prova, prevista pelo art.º 126, n.º3 do CPP, no que se refere à intromissão na vida privada, mas, ainda assim, essa nulidade não pode ser invocada pelo arguido para efeitos de impugnação de sentença, uma vez que não é ele o titular da faculdade atribuída.

Uma vez prescindida a faculdade atribuída pelo art.º 134, a testemunha faz o seu depoimento nos termos do art.º 132 do CPP, tendo, assim, os mesmos direitos e deveres que as demais testemunhas. Apesar de se poder observar que o depoimento pode não ser total-

⁹⁷ Paulo Albuquerque, *Comentário do Código de Processo Penal* (...), pág. 374.

⁹⁸ Também o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público partilha do mesmo entendimento, salientando na proposta de alteração ao Código de Processo Penal, disponível em <http://nonocongresso.smmp.pt/wp-content/uploads/2012/03/Processo-Penal-Propostas-SMMP.pdf>, que “*não se compreende a distinção feita entre cônjuge do arguido e quem com ele conviva em condições análogas às dos cônjuges*”.

⁹⁹ Ac. da Relação de Évora, de 19 de Dezembro de 2013, proc. n.º 497/12.6PALGS.E1, Relator António João Latas, disponível em www.dgsi.pt.

¹⁰⁰ Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 21 de Outubro de 2009, proc. n.º 12124/04.0TDLSB-A.S1, Relatora Isabel Pais Martins, disponível em www.dgsi.pt, no qual se refere que “*por omissão da advertência contida no n.º 2 do artigo 134.º do Código de Processo Penal, ainda que se admita que a mesma se verificou, trata-se de uma nulidade dependente de arguição, e não de uma nulidade insanável, como a requerente sustenta. (...) A ter-se verificado a nulidade, a requerente deveria ter usado os meios ordinários para a sua arguição, dentro dos condicionalismos próprios da sua arguição, sob pena de dever considerar-se, como está (cfr. artigo 120.º, n.os 1 e 3, alínea a), do Código de Processo Penal), sanada.*”

¹⁰¹ Paulo Albuquerque, *Comentário do Código de Processo Penal* (...), pág. 375.

mente isento, em virtude da relação mantida com o arguido, o legislador sanou essa possibilidade, fazendo prever no código o princípio da livre apreciação da prova, que consta do art.º127: assim, o depoimento será analisado segundo as regras da experiência e a convicção do tribunal, salvaguardando tal possibilidade.

3.2. A testemunha – vítima de violência doméstica

Analisada a aplicação do regime do art.º 134 do CPP, deve desvendar-se a aplicação desta prerrogativa, em particular, nos casos de violência doméstica.

No crime de violência doméstica, como se demonstrou, o pressuposto geral para a sua imputação, em traços gerais, é o de que o agente mantenha uma determinada relação com a vítima (relações descritas al. a) a d), do art.º 152 n.º1) - tratando-se sempre de uma relação familiar ou para-familiar – a par da acção de infligir maus tratos.

Ora, essa relação é exactamente a mesma que é exigida e, consequentemente, pressuposto de aplicação do art.º 134 do CPP – a relação familiar ou para-familiar.

Assim, daqui resulta uma aplicação quase directa do regime de recusa de depoimento ao crime de violência doméstica, seguindo pressupostos diferentes, como oportunamente foi referido, quanto ao cônjuge e pessoa com quem o agente mantenha ou tenha mantido relação análoga à dos cônjuges.

O regime do art.º 134, quando foi previsto no CPP, tinha como objectivo defender as relações familiares quando, num quadro geral, o arguido viesse acusado de um crime e fosse chamado como testemunha um familiar seu (que tanto poderia suportar a sua defesa, como a sua incriminação), este pudesse recusar-se a depor. No entanto, o que se verifica no crime de violência doméstica é que esta testemunha é a própria vítima, o que deveria mudar o panorama geral da aplicação da prerrogativa do art.º 134 do CPP, pois o que se irá proteger não é uma *boa relação familiar*, antes pelo contrário, proteger-se-á um crime que lesou a relação familiar que a vítima mantinha com o agente.

Neste sentido, ao verificar-se que as relações familiares foram afectadas pela prática do crime em análise, dever-se-ia considerar o prosseguimento de um princípio mais importante, como o da descoberta da verdade material e a protecção efectiva de uma vítima em geral muito vulnerável, uma vez que aquilo que se visou proteger, com o art.º 134 do CPP, já foi afectado.

Constata-se, assim, que a faculdade de recusa de depoimento é um obstáculo à produção de prova, uma vez que não se encontrando a vítima disposta a depor contra o arguido (ou outros familiares a ele ligados), como pude verificar num grande número de processos

que observei e consultei, pode não haver mais prova a produzir em audiência de julgamento e, como salienta Jorge dos Reis Bravo, “ (...) *mesmo que haja outros elementos de prova, a prerrogativa processual que possibilita o silêncio das pessoas que melhor poderiam ajudar a vítima (art.º 134 do C.P.P) acaba por defraudar qualquer tentativa séria nesse sentido, pelo menos na fase de julgamento*”¹⁰².

É neste sentido que se observa que o *depoimento da vítima de violência doméstica*¹⁰³, apesar de não ser o único meio de prova disponível no processo (o que se torna raro face ao *modus operandi*), afigura-se como uma prova essencial para a descoberta da verdade. A prova testemunhal, apesar de não se sobrepor a qualquer outro meio de prova, é nestes casos fundamental para o julgador formar a sua convicção quanto aos factos descritos na acusação, sendo que é através da inquirição da vítima que se pode analisar¹⁰⁴ a veracidade dos factos que são imputados ao arguido.

Num dos casos a que tive acesso, é visível o efeito indesejável que pode decorrer da escolha de recusa de depoimento por parte da vítima.

Neste caso, o inquérito teve início com a denúncia por parte da vítima de violência doméstica à patrulha da GNR, que foi chamada a intervir num episódio de agressão. A vítima, ao longo de 30 anos, foi agredida fisicamente através do arremesso de objectos e do uso da força física do agressor e, psicologicamente, através de insultos e ameaças.

Foi então que, ao decidir sair de casa com o filho menor, o agressor se tornou mais violento, dizendo a várias pessoas que tinha uma lista com os nomes das pessoas para matar identificando a vítima (entre outras pessoas relacionadas com a vítima), fazendo com que esta regressasse à residência.

Face a uma nova discussão sobre as desconfianças e ciúmes do agressor, a vítima, em virtude do medo que sentia, decidiu, ao ver que nada se tinha alterado, sair de casa novamente. Querendo esta reaver alguns dos seus bens pessoais e não tendo a chaves de casa, tentou contactar o arguido para poder entrar. Uma vez que não obteve resposta, chamou a GNR. O arguido, ao aperceber-se da presença dos militares já dentro da sua casa, ameaçou-os e empurrou-os para o exterior da residência, tentando intimidá-los com um objecto para abandonarem o local.

¹⁰² Jorge dos Reis Bravo, *A actuação do Ministério Público (...)*, pág. 59.

¹⁰³ Que quando prestado pode fundamentar a decisão, pois como refere o Ac. da Relação de Évora, de 30 de Junho de 2015, proc. n.º 1340/14.7TAPTM.E1, Relatora Ana Barata Brito, “*Num sistema de prova livre, nada obsta a que os factos da acusação resultem demonstrados exclusivamente a partir das declarações da vítima, mesmo quando desacompanhadas de outros meios de prova e opostas à negação do arguido. Perante provas de sinal contrário – declarações do arguido versus declarações da vítima – deve, porém, o tribunal justificar especialmente na sentença a maior credibilidade que estas tenham em concreto merecido.*”, disponível em www.dgsi.pt

¹⁰⁴ O tribunal analisa o modo como a vítima relata os factos, nomeadamente, se esta demonstra (in)coerência, desamparo, (im)parcialidade, hesitações, nervosismo, a consistência do seu depoimento, valorando e apreciando criticamente o que lhe foi relatado.

Após este episódio, o arguido pediu por diversas vezes à vítima para voltar para casa, ao que esta acabou por anuir. Passados alguns meses, o agressor iniciou uma nova discussão com a vítima, na presença do seu filho menor, pelos mesmos motivos, tentando acertar na vítima com objectos que estavam à mão. A vítima pediu novamente à GNR para intervir, uma vez que o arguido se mostrava bastante agressivo. Durante a intervenção, o arguido tentou atingir os militares com outros dois objectos, evitando, assim, que estes o pudessem deter. Barricou-se em casa e, cortando o tubo de gás, ameaçou fazer explodir a habitação. Nesta situação, houve necessidade de proceder à evacuação das habitações contíguas, dado o elevado risco de explosão. O episódio finalizou com a condução do arguido ao hospital devido à inalação do gás.

Perante este último episódio, foi emitido um mandado de detenção (fora de flagrante delito do art.º 257 do CPP)¹⁰⁵ e deduzida a acusação, onde o arguido vinha acusado de: um crime de violência doméstica agravada na forma consumada (art.º152, n.º1, al. a) e 2,4 e 5); crime de resistência e coacção sobre funcionário na forma consumada (art.º347, n.º1); dois crimes de ameaça agravada na forma consumada (artigos 153º, n.º1; 155º, n.º1, al.c) por referência ao art.º 132, n.º2 al. l) do CP); dois crimes de ofensa à integridade qualificada na forma tentada (art.º 22º, 23º, 143º, n.º1, 145º n.1 e 2, por referência ao 132.º, n.º2, al.l) do CP) e um crime de incêndio, explosões e outras condutas especialmente perigosas (art.º 272, n.º1, al.c) do CP).

Em sede de julgamento, o arguido usou do seu direito ao silêncio e a vítima e a sua filha usaram do seu direito de recusa de depoimento, pelo que o arguido foi absolvido da prática do crime de violência doméstica agravada. O arguido foi condenado por um crime de resistência e coacção e pelo crime de incêndio, sendo que, em cúmulo jurídico, o juiz decidiu fixar a pena única de 3 anos e 8 meses de prisão, suspensa na sua execução.

Este é o grande problema que nos é apresentado quando a vítima escolhe o caminho de recusa de depoimento (bem como os restantes membros da família), com o qual me deparei e que é prática frequente nos tribunais.

Mas o que é mais importante salientar é que o facto de o arguido ser julgado e absolvido do crime de violência doméstica de que foi acusado, significa que ele nunca mais poderá responder pelos factos a que foi submetido a julgamento, por força do princípio da proibição de perseguição penal múltipla (*ne bis in idem*)¹⁰⁶, presente na nossa Constituição no art.º29, n.º

¹⁰⁵ Tendo sido atribuídas como medida de coacção a obrigação de apresentação periódica no posto da GNR, proibição de agredir, injuriar ou ameaçar a ofendida e obrigação de manter o tratamento que lhe foi prescrito pelo médico.

¹⁰⁶ Vide, a este respeito, Germano Marques da Silva; “*Curso de Processo Penal Português: Noções Gerais, Sujeitos Processuais e Objecto*”, Volume I, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2013, pág. 102. Segundo o autor, o art.º 29,

5. Assim, se a ofendida se arrepender da escolha que fez ao exercer o direito atribuído pelo art.º 134, o tribunal nada poderá fazer.

O caso que apresentei foi dos mais interessantes, porque, após ter observado e estudado o resultado do primeiro julgamento, pude assistir a um segundo julgamento com o mesmo agente e a mesma vítima. Acusado do mesmo tipo de crime (violência doméstica), a vítima assumiu uma posição de querer sair daquela situação, após um novo episódio de violência, e decidiu rejeitar a oportunidade concedida pelo art.º 134 do CPP, prestando declarações no novo julgamento. Um dos pontos mais difíceis neste julgamento foi o facto de a vítima querer contar todos os episódios vividos, durante mais de 30 anos, mas por força do princípio do *ne bis in idem*, o juiz teve de advertir a ofendida de que todos aqueles factos não se mostravam relevantes naquele momento, uma vez que sobre eles a ofendida já tinha tido oportunidade de depor e o arguido já tinha sido por eles julgado. Assim, o arguido acusado do crime de violência doméstica (art.º152, n.º1, al. a) e n.º2 do CP) foi condenado na pena de 2 anos e 6 meses de prisão suspensa e foi sujeito a regime de prova.

Percebi que seria de primordial importância explicar à ofendida, quando lhe é perguntado em audiência de julgamento se deseja depor contra o arguido, no âmbito do art.º 134, n.º2 do CPP, quais os efeitos da recusa de depoimento naquela fase do processo¹⁰⁷, pois, neste caso em concreto, a ofendida não percebeu no primeiro julgamento as consequências do direito que estava a exercer, perguntando ao juiz o porquê daqueles factos não serem importantes.

A este respeito é importante ter assente que, sem o depoimento da vítima, o arguido, mais uma vez, não teria sido condenado e se esta tivesse rejeitado mais cedo a oportunidade de recusa de depoimento, o caso teria ficado resolvido logo no primeiro julgamento. Por isso, afigura-se extremamente importante a implementação de uma medida que vise atenuar este problema, pois, apesar de não se tratar de uma dificuldade de investigação, este direito constitui uma dificuldade de produção de prova irreversível por força do princípio *ne bis in idem*.

n.º5 “*representa uma garantia de segurança individual própria de um Estado de Direito*”, salientando-se que o art.º visa não permitir a que o Estado “*com todos os seus recursos e poder, faça repetidos esforços para condenar uma pessoa, submetendo-a assim a incómodos, gastos e sofrimentos e obrigando-a a viver num contínuo estado de ansiedade e insegurança*”.

¹⁰⁷ Por diversas vezes verifiquei que, em audiência de julgamento, as testemunhas, sejam elas vítimas de violência doméstica ou não, não percebem o porquê de terem que descrever novamente os factos que já antes tinham relatado, uma vez que ao serem inquiridas por opç pensam que esse testemunho é válido para a condenação do arguido, referindo em audiência de julgamento aquando da inquirição feita por Magistrado do MP “Tudo aquilo que eu vi contei à polícia”. Nesse momento, o Juiz sente a necessidade de explicar à testemunha a importância de ela esclarecer todas as questões colocadas pelo MP e pelos advogados, salientando que tudo o que foi revelado anteriormente aos agentes policiais não contava naquele momento e que a prova era feita em audiência de julgamento.

A este respeito, Cristina Cardoso¹⁰⁸ salienta, referindo-se à natureza pública do crime de violência doméstica, que, ao interferir-se na autonomia da vontade da vítima que não deseja o julgamento, e apesar da vítima não poder desistir da queixa¹⁰⁹, utilizará outros métodos para conseguir que o julgamento seja prejudicado. A autora refere haver aqui a “*realização de um julgamento «a fingir»*”, em virtude do arguido usar do direito ao silêncio e a vítima usar do direito a recusar de depoimento¹¹⁰.

A verdade é que, se até ao momento, a vítima se mostrou colaborante no processo, nada faz crer que no julgamento adopte esta conduta, por isso, para mim, esta decisão não afecta a credibilidade da justiça.

Sucede que, a sufragar-se tal entendimento, estaríamos todos a compactuar com o crime de violência doméstica. Cabe, por isso, ao sistema judicial dar uma resposta eficaz aos factos que foram denunciados. A não resolução deste problema é fazer-nos cúmplices de um crime que afecta a sociedade em geral.

Se a vítima, num impulso de coragem, decidiu denunciar o crime e contar primeiramente às autoridades tudo o que sofreu, pedindo ajuda, e lembre-se que aqui ninguém interferiu na autonomia de vontade da vítima, esta espera que o sistema judicial a ajude. Apesar do processo se configurar, segundo o art.º 28, n.º1 da Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro, como tendo natureza urgente, o facto é que, em virtude do tempo decorrido entre o momento da denúncia dos factos e a fase do julgamento, a vítima reconsidera a possibilidade de incriminar o arguido, uma vez que pode já não se sentir ameaçada por ele (por este nunca mais a ter incomodado), pode admitir que este já “aprendeu a lição” e por isso não pretende que este seja verdadeiramente condenado, por uma situação ocorrida há alguns meses ou até anos¹¹¹.

Nos casos *supra* descritos o Estado deverá usar os meios que tem ao seu alcance para salvaguardar o bem-estar dos membros de cada família, rejeitando todos os encobrimentos.

¹⁰⁸ Cristina Cardoso, *A Violência Doméstica e as penas acessórias*, Dissertação de Mestrado; Universidade Católica, Porto, Maio de 2012, pág. 28, apesar de afirmar que não defende que o crime de violência doméstica devesse ter natureza semi-pública, aponta como solução para este problema o carácter híbrido do crime, tal como contemplado pela alteração legislativa feita em 1998.

¹⁰⁹ Referindo, ainda que, se a vítima não pode desistir do procedimento criminal, decorrendo o processo contra a vontade desta, levando, isto, “*não só ao fenómeno da vitimização secundária, mas também ao descrédito da própria justiça*”, considerando aqui o “*julgamento a fingir*”.

¹¹⁰ É ainda de referir que os factos nunca chegam a julgamento se não houver prova suficiente de que ocorreu um crime, ainda que o crime tenha sido denunciado por outra pessoa que não a vítima e esta não tenha colaborado na investigação, utilizando nas inquirições por opc a faculdade concedida pelo artº134 do CPP.

¹¹¹ No entender de Jorge dos Reis Bravo, *A actuação do Ministério Público (...)*, pág. 59 e 60, “*a vítima que julgava obter resposta positiva, em tempo útil, com a denúncia – (...) –, apenas inicia um “calvário” judicial*”, referindo-se a algumas das fases de que já tratamos, argumenta que chegada a fase de julgamento é “*compreensível a atitude da vítima em “deixar de colaborar”*”. Note-se que se trata de uma pessoa que denunciou o seu companheiro de anos. Com quem casou. De quem teve filhos. Com cuja família e amigos estabeleceu relações. Trata-se de uma vítima especial.”.

Assim, para este problema ser, de certo modo, corrigido/atenuado, deve considerar-se como uma opção séria para a sua resolução o regime das declarações para memória futura, pois, se num primeiro momento ele pode assegurar um depoimento que é reproduzido no momento da audiência de julgamento, num segundo momento, a sua utilização pode evitar, no contexto da violência doméstica, o fenómeno da vitimização secundária.

3.3. A valoração do depoimento indirecto

Nas palavras de Frederico Costa Pinto¹¹², o depoimento indirecto “*consiste na revelação processual de factos que não foram objecto de conhecimento directo da testemunha que os descreve, tendo origem numa informação que lhe foi transmitida por outra pessoa*”, também conhecido por *testemunho-de-ouvir-dizer*.

O regime do depoimento indirecto encontra-se previsto no art.º 129 do CPP, tratando-se de uma norma de natureza excepcional, uma vez que contraria o princípio da imediação¹¹³.

No que ao depoimento indirecto concerne, é importante destacar que ele é utilizado abundantemente, no que ao crime de violência doméstica diz respeito, tendo em consideração que a generalidade dos factos são praticados dentro da habitação, poucas são as testemunhas que são chamadas a depor sobre os factos praticados. Contudo, as testemunhas que são chamadas a depor neste tipo de crime, para além das pessoas que vivem na mesma casa, são as pessoas com quem a vítima de violência doméstica desabafa, nomeadamente, com a sua melhor amiga(o), vizinha(o), que acompanha todo este sofrimento vivido pela vítima no seu próprio lar.

Aqui, é importante distinguirmos, no âmbito do depoimento que pode vir a ser prestado por esta testemunha, duas situações diferentes. A primeira consiste no depoimento que essa testemunha faz do estado em que observou a vítima ou as marcas que esta apresentava no corpo, que, neste caso, não constituem depoimento indirecto, mas sim directo porque ela

¹¹² Frederico de Lacerda da Costa Pinto, *Depoimento indirecto, legalidade da prova e direito de defesa*, Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias, Volume III, Coimbra Editora, Coimbra, 2010, pág. 1047.

¹¹³ Vide, a este respeito, Germano Marques da Silva; “*Curso de Processo Penal Português: Noções Gerais, Sujeitos Processuais e Objecto*”, Volume I, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2013, pág. 101. O princípio da imediação estando em plena conexão com o princípio da oralidade, exprime em si a importância de a sentença apenas ser proferida por quem assistiu a toda a produção de prova e à “*discussão da causa pela acusação e pela defesa*”, optando pela apreciação de prova que se encontre numa “*relação mais directa com os factos probandos*” (ao invés do testemunho-de-ouvir-dizer).

própria percepcionou esses sinais de violência doméstica. Outro ponto completamente diferente é a testemunha depor sobre os factos relatados pela vítima à testemunha – depoimento indirecto – e é sobre este “problema” que se prende este ponto.

Ora, como se referiu nos pontos anteriores deste capítulo, a prerrogativa atribuída pelo art.º 134 do CPP permanece como um obstáculo à produção de prova no julgamento. A questão que permanece no depoimento indirecto é saber se o depoimento da testemunha-de-ouvir-dizer deve ser valorado quando a fonte é a própria vítima que se recusou a prestar depoimento, uma vez que ela pode ser a única testemunha directa das agressões sofridas.

O art.º 129 do CPP refere que “*se o depoimento resultar do que se ouviu dizer a pessoas determinadas, o juiz pode chamar estas a depor*”. Ora, a testemunha, ao indicar que a fonte é a própria ofendida, levanta um problema de valoração de depoimento, uma vez que se presume que o tribunal já tenha chamado a ofendida a depor e esta tenha recusado. Na verdade, o próprio artigo, tal como acima descrito, apenas implementa um poder-dever de se chamar a testemunha directa dos factos, cumprindo o princípio da imediação, não se sabendo se este depoimento deve ou não ser valorado nestas situações.

A este propósito, a doutrina não é consensual, optando por dois caminhos completamente diferentes para resolver a questão.

No entender de Paulo Pinto de Albuquerque¹¹⁴, todo o depoimento indirecto que incida sobre declaração de factos que certa testemunha ouviu dizer a outra testemunha que utilizou a prerrogativa de recusa, o depoimento (em sede de auto de inquirição ou de julgamento) não deve ser valorado pelo tribunal, uma vez que, a ser valorado como meio de prova, implica uma “*fraude à lei*”, ou seja, significaria que a prerrogativa que o legislador decidiu dar àquela testemunha em concreto, vítima de violência doméstica, poderia ser contornada por este depoimento e atacaria o bem que este visou proteger¹¹⁵.

Num sentido diferente, Adérito Teixeira¹¹⁶ e Frederico Costa Pinto¹¹⁷ defendem que o depoimento indirecto trazido por esta testemunha pode ser valorado, ainda que a fonte que foi chamada a prestar declarações se tenha recusado a fazê-lo no âmbito do art.º 134 do CPP, por não serem levantadas pela lei objecções a uma interpretação neste sentido.

¹¹⁴ Paulo Albuquerque, *Comentário do Código de Processo Penal* (...), Pág. 360.

¹¹⁵ Em concordância com esta posição a Relação de Coimbra, em acórdão proferido a 19 de Setembro de 2012, proc. n.º 63/10.0GJCTB.C1, Relator José Eduardo Martins, afirma quanto a esta questão que “*o depoimento indirecto não é admissível, e, portanto, não pode ser valorado, se o depoimento da testemunha originária, apesar de ser possível, não tiver sido realizado, isto é, quando a testemunha originária não depôs porque não foi chamada ao tribunal ou porque (validamente) se recusou a depor (art.ºs 129º e 134º, do C. Proc. Penal)*”. Disponível em www.dgsi.pt.

¹¹⁶ Carlos Adérito Teixeira, *Depoimento Indirecto e Arguido: Admissibilidade e Livre Valoração versus Proibição de Prova*, in Revista do CEJ, Lisboa, n.º 2, 1º Semestre de 2005, pág. 142.

¹¹⁷ Frederico de Lacerda da Costa Pinto, *Depoimento indirecto*, (...), págs. 1057 a 1061.

Assim, Frederico Costa Pinto aponta para um argumento literal para sustentar o seu entendimento – o que é exigido pela letra do art.º 129 do CPP. Se verificarmos a lei apenas exige como requisito de admissibilidade que a fonte seja chamada ao tribunal para depor. Contudo, não é exigido que a fonte deponha sobre os factos contados pela testemunha-de-ouvir-dizer ou sobre a conversa mantida com esta sobre esses factos, nem que o conteúdo das declarações da fonte e da testemunha tenham de ser idênticos.

O autor aponta ainda três razões para que o regime do art.º 129 não tenha exigido nenhuma das três situações acima descritas. Em primeiro lugar, o art.º apenas exige que se chame a fonte para esclarecer o tribunal. Em segundo lugar, uma vez chamada a fonte a depor, não se exige a confirmação do que foi dito pela testemunha-de-ouvir-dizer, uma vez que esta é uma testemunha directa dos factos a esclarecer, o seu depoimento não se inclui dentro do preceituado no art.º 129, seguindo o regime previsto no art.º 128. Por último, o depoimento prestado estará sempre sujeito ao princípio da livre apreciação da prova, previsto no art.º 127 do CPP.

Para esclarecer esta questão, o autor refere explicitamente que na sua opinião “*não impede o uso do depoimento indirecto o facto de se identificar alguém como fonte da informação que, uma vez chamada a depor, (...) ou alega uma causa de recusa legitimada por lei (artigos 132.º, n.º2, ou 134.º do CPP).*”, reiterando ainda que não faz sentido a proibição de valoração de depoimentos indirectos quando “*exista mais do que uma testemunha-de-ouvir-dizer a declarar o mesmo facto revelado pela mesma fonte*”¹¹⁸.

Ambas as posições defendidas encontram argumentos de peso para a resolução desta questão. Mas, apesar do direito atribuído pelo art.º 134, que pode ser utilizado pelas testemunhas em tribunal, o facto é que o art.º 129 não exige mais do que chamar a fonte, não fazendo, para mim, sentido que não sejam valorados depoimentos de várias testemunhas indirectas que apontam para a mesma fonte quanto ao mesmo facto, por isso, a meu ver é de preferir a posição defendida por Frederico Costa Pinto.

Por último, resta referir, que se não for cumprido o requisito de admissibilidade (dever de chamar a fonte), o depoimento produzido não pode servir como meio prova, como indica a 2ª parte do n.º1 do art.º 129 do CPP.

Assim, para Paulo Pinto Albuquerque¹¹⁹ e para Helena Mourão¹²⁰, o não cumprimento deste requisito segue o regime das nulidades processuais, constituindo em concreto

¹¹⁸ *Idem*, pág. 1060.

¹¹⁹ Paulo Albuquerque, *Comentário do Código de Processo Penal (...)*, pág. 364.

¹²⁰ Helena Mourão, *O efeito-à-distância das Proibições de Prova no Direito Processual Penal Português*, in *Revista Portuguesa de Ciência Criminal* n.º4, Coimbra, Coimbra Editora, Outubro- Dezembro de 2006, pág. 589 e 590.

uma nulidade sanável do art.º 120, n.º2, al. d) do CPP, por ter omitido uma diligência que se afiguraria como essencial para a descoberta da verdade.

Em sentido contrário, Frederico Costa Pinto¹²¹ aponta para a ineficácia permanente do depoimento indirecto, pois neste caso deve ser impedida a valoração da prova, não seguindo o caminho acima descrito, por este ter como principal consequência a nulidade de sentença, que, para o autor, não faria sentido, quando o depoimento indirecto fosse só mais uma prova que apontava para a mesma conclusão que as outras.

Já na jurisprudência, o Tribunal da Relação de Évora¹²², seguindo o entendimento de Dá Mesquita e Costa Andrade, tem entendido que constitui uma verdadeira proibição de prova a violação do “*dever de chamar a depor a testemunha fonte devidamente determinada*”, implicando a não valoração do depoimento prestado, optando pelo regime do art.º 122 do CPP. Neste caso, o Tribunal apresentou como soluções o consentimento *a posteriori* pelo titular do direito (previsto no art.º 126, n.º3 do CPP) ou a livre repetição de declarações por testemunha que prestou depoimento inválido, por proibição de prova (como previsto pelo 122.º, n.º 2 do CPP).

Entendo ser preferível a primeira opção, pois, se o argumento literal funcionou no primeiro raciocínio quanto ao depoimento indirecto, não se vislumbra que aqui o raciocínio tenha de ser diferente, independentemente das consequências que daí possam advir. A verdade é que o cumprimento das normas processuais reveste especial importância, no que toca à segurança jurídica e, por isso, não se pode evitar ou contornar as consequências que advêm do não cumprimento das normas processuais. Neste sentido, se se entendeu que o principal requisito, para o cumprimento do regime do art.º 129, é chamar a fonte, não se pode dizer que o incumprimento deste pressuposto gera apenas um impedimento de valoração de prova, entendendo-se que gera uma nulidade sanável, dependente de arguição, cuja consequência pode ser a nulidade da sentença, como se verifica no art.º 379, n.º1, al. c) do CPP.

¹²¹ Frederico de Lacerda da Costa Pinto, *Depoimento indirecto*, (...), Pág.1073.

¹²² Ac. da Relação de Évora, de 12 de Junho de 2012, proc. n.º 95/08.9IDFAR.E1, Relator António João Latas, disponível em www.dgsi.pt.

4. CAPÍTULO IV – Declarações para memória futura

O instituto das declarações para memória futura é um meio de antecipação de prova de uma testemunha, realizado durante a fase de inquérito ou de instrução, quando existe uma probabilidade séria de que, uma vez chegada a fase de julgamento, existirá uma impossibilidade ou grave dificuldade na obtenção da mesma.

Assim, face ao problema analisado nos capítulos anteriores, destacam-se as declarações para memória futura como um possível caminho a seguir nos casos de violência doméstica, pretendendo-se responder de uma forma eficaz aos problemas levantados.

Neste capítulo, analisar-se-á o regime das declarações para memória futura a partir do art.º 271 do CPP, focando-se, também, o regime específico consagrado para os casos de violência doméstica, previsto no art.º 33 da Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro.

4.1. Os fundamentos da antecipação da prova

O art.º 271 do CPP é uma norma de carácter excepcional¹²³ que só deverá ser aplicada quando se encontra preenchido um dos requisitos previstos no n.º 1 do artigo. Sendo necessário ainda ressaltar que o regime é aplicável, mesmo quando não tenha sido constituído arguido¹²⁴, desde que seja designado defensor para que este possa garantir o princípio do contraditório.

Assim, os três fundamentos que permitem a utilização deste regime são: 1) doença grave que previsivelmente impeça a testemunha na fase de julgamento ser ouvida; 2) deslocação para o estrangeiro e 3) os crimes de catálogo.

O primeiro fundamento de antecipação da prova considera a saúde da testemunha, tanto física como psíquica. Nesse sentido, é avaliada a doença grave de que a testemunha padece, ou é tida em consideração dois factores agravantes da sua condição, como por exemplo, a elevada idade conjugada com as várias doenças de que a testemunha sofre¹²⁵ ou doença

¹²³ Diz-se que a norma é de carácter excepcional por ser uma excepção à regra prevista no art.º 355 do CPP, onde consta que só são válidas as provas que tiverem sido produzidas ou examinadas em audiência de julgamento.

¹²⁴ Ac. da Relação do Porto, de 1 de Fevereiro de 2006, proc. n.º 0515949, Relator Jorge França, disponível em www.dgsi.pt.

¹²⁵ Ac. da Relação do Porto, de 19 de Março de 2009, proc. n.º 59/07.0TBMSF-B.P1, Relator Mário Fernandes, disponível em www.dgsi.pt, onde foi considerando que “*satisfaz tais requisitos o facto de, em acção de reivindicação, uma testemunha da A. ir a caminho de perfazer 77 anos de idade, padecendo de surdez de grau avançado, diabetes e hipertensão arterial, tendendo o respectivo estado de saúde a agravar-se com o decorrer do tempo, com grave risco para a clarividência e utilidade do depoimento a prestar.*”.

do foro psíquico que tenda a agravar-se. Para a aplicação do requisito, Pinto de Albuquerque¹²⁶ refere que a gravidade da doença se mede “*pelo efeito inibidor da doença da pessoa, isto é, pelo efeito de inibição de um depoimento plenamente livre e consciente, no uso de todas as faculdades mentais da testemunha*”.

Assim, quando se entenda que, em virtude da(s) doença(s) de que padece, a testemunha não poderá ser ouvida em sede de audiência de julgamento, verificar-se-á um impedimento e deverá ser utilizada para o efeito as declarações para memória futura.

O segundo fundamento é a deslocação para o estrangeiro da testemunha, assistente, parte civil, perito ou consultor técnico. Este requisito só se encontra preenchido se a ida para o estrangeiro for por tempo prolongado, ou por tempo indeterminado, ou durante o tempo previsível para a realização da audiência de julgamento.

Num dos casos que tive oportunidade de analisar, sobre o crime de lenocínio (art.º 169 do CP), a testemunha-vítima que contou o *modus operandi* do crime, referiu aos agentes da polícia, após ter sido inquirida, que se iria ausentar do país durante algum tempo com uns amigos para poder reorganizar a sua vida longe das pessoas que tanto lhe fizeram mal, não sabendo quando iria regressar. Em virtude destas declarações, o Procurador do MP decidiu requerer ao juiz de instrução a utilização do regime de declarações para memória futura para esta testemunha, deferindo o juiz tal requerimento. Contudo, uma vez chegada a fase de julgamento, o juiz do processo requereu a audição desta testemunha, oportunidade contemplada no art.º 271, n.º 8 do CPP, pelo que esta compareceu na audiência de julgamento, contando todas as relações entre os arguidos e o modo como funcionava este negócio.

Por último, o regime das declarações para memória futura pode ser utilizado como fundamento de antecipação da prova quando esteja em causa a vítima de um crime de tráfico de pessoas ou um crime contra a liberdade e autodeterminação sexual¹²⁷.

Neste caso, a implementação deste requisito deveu-se, quanto aos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, segundo Paulo Pinto Albuquerque¹²⁸, à consideração de que as testemunhas vítimas de tal crime “*deveriam ser poupadas ao vexame de ter que repetir a sua história e reviver a sua dor vezes sem conta, diante de OPC, do MP, do juiz de instrução, do tribunal de julgamento e neste caso tantas vezes quantas o julgamento tivesse de ser repetido*”. O art.º 271, n.º 2 exige, ainda, que sejam prestadas declarações para memória futura sempre que a vítima dos crimes em catálogo seja menor de idade, de tal forma que, se não for cumprida esta exigência, existe uma nulidade sanável do art.º 120, n.º 2, al. d) do CPP.

¹²⁶ Paulo Albuquerque, *Comentário do Código de Processo Penal* (...), pág. 728.

¹²⁷ Este requisito também se verificava no caso anteriormente descrito.

¹²⁸ Paulo Albuquerque, *Comentário do Código de Processo Penal* (...), pág. 729.

Já no âmbito do crime de tráfico de pessoas, este foi incluído nos crimes de catálogo em virtude do cumprimento da Decisão-Quadro 2002/629/JAI, substituída actualmente pela Directiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho¹²⁹, de 5 de Abril de 2011, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à protecção das vítimas, seguindo o regime anteriormente mencionado.

Quanto aos crimes aqui previstos, o legislador tomou em consideração a susceptibilidade das vítimas menores no momento da prestação das declarações para memória futura, requerendo no n.º 4 do art.º que as declarações sejam realizadas em “*ambiente informal e reservado, com vista a garantir, nomeadamente, a espontaneidade e sinceridade das respostas, devendo o menor ser assistido por um técnico especialmente habilitado para o seu acompanhamento*”.

O artigo 271.º, n.º1 do CPP não prevê como crime de catálogo a violência doméstica, contudo, o legislador criou no art.º 33 da Lei 112/2009, de 16 de Setembro, um regime específico para este tipo de crime, que se estudará de seguida.

4.2. Artigo 33.º da Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro

Após a análise dos fundamentos exigidos no art.º 271 do CPP é necessário compreender o regime criado para o crime de violência doméstica, não sendo este muito diferente do previsto no CPP.

Neste regime, o legislador teve em particular atenção que o crime de violência doméstica é um tipo de criminalidade que implica, para a vítima, um especial desgaste emocional cada vez que tem de contar os factos contra ela perpetrados e, por isso, decidiu aplicar o regime das declarações para memória futura, também a esta testemunha. Indo ao encontro ao estatuído no art.º 271, o legislador atribuiu a oportunidade de a vítima ser inquirida durante o inquérito, visando que o seu depoimento possa ser considerado em audiência de julgamento.

Assim, o art.º 33 da Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro prevê o seguinte quanto à utilização do regime das declarações para memória futura para as vítimas de violência doméstica.

¹²⁹ Disponível em http://www.dgpi.mj.pt/sections/noticias/directiva-2011-36-ue-do/downloadFile/attach-e-dFile_f0/DIRECTIVA_2011_36_UE.pdf?nocache=1303228637.48, que se destina a aproximar as normas processuais penais dos Estados-Membros.

Artigo 33.º

(Declarações para memória futura)

1 – O juiz, a requerimento da vítima ou do Ministério Público, pode proceder à inquirição daquela no decurso do inquérito, a fim de que o depoimento possa, se necessário, ser tomado em conta no julgamento.

2 – O Ministério Público, o arguido, o defensor e os advogados constituídos no processo são notificados da hora e do local da prestação do depoimento para que possam estar presentes, sendo obrigatória a comparência do Ministério Público e do defensor.

3 – A tomada de declarações é realizada em ambiente informal e reservado, com vista a garantir, nomeadamente, a espontaneidade e a sinceridade das respostas, devendo a vítima ser assistida no decurso do acto processual pelo técnico de apoio à vítima ou por outro profissional que lhe tenha vindo a prestar apoio psicológico ou psiquiátrico, previamente autorizados pelo tribunal

4 – A inquirição é feita pelo juiz, podendo em seguida o Ministério Público, os advogados constituídos e o defensor, por esta ordem, formular perguntas adicionais.

5 – É correspondentemente aplicável o disposto nos artigos 352.º, 356.º, 363.º e 364.º do Código de Processo Penal.

6 – O disposto nos números anteriores é correspondentemente aplicável a declarações do assistente e das partes civis, de peritos e de consultores técnicos e acareações.

7 – A tomada de declarações nos termos dos números anteriores não prejudica a prestação de depoimento em audiência de julgamento, sempre que ela for possível e não puser em causa a saúde física ou psíquica de pessoa que o deva prestar.

No n.º 1 do artigo em análise, regista-se a primeira alteração do regime quanto às testemunhas – vítimas de violência doméstica, uma vez que em comparação com o estipulado no art.º 271, n.º 1, o regime só pode ser aplicado a requerimento da vítima ou do MP.

Cruz Brucho¹³⁰, perante a análise do regime do art.º 33, salienta que as testemunhas, que não são vítimas no processo, apenas podem ser inquiridas nesta modalidade no âmbito do art.º 271 do CPP, uma vez que à luz do art.º 33 apenas se prevê a inquirição da vítima. No entanto, observando o n.º 6 do art.º 33, verifica-se que a formulação de requerimento para a prestação de declarações para memória futura se encontra unicamente vedada ao arguido, uma vez que o regime previsto é aplicável às declarações do assistente e das partes civis, de peritos e de consultores técnicos e acareações.

¹³⁰ José Manuel Saporiti Machado da Cruz Brucho, *Declarações para memória futura (elementos de estudo)*, de 2 de Abril de 2012, pág. 62. Disponível em https://www.trg.pt/ficheiros/estudos/declaracoes_para_memoria_futura.pdf.

Outro ponto que deve ser considerado é o facto do legislador não exigir para a aplicação do regime que a vítima esteja de alguma maneira impedida de comparecer na audiência de julgamento¹³¹, resultando daqui que a implementação do art.º, não só visou a protecção eficaz da vítima (não se intimidando com as pressões mantidas), bem como tentou evitar o fenómeno da vitimização secundária¹³².

É ainda de salientar, quanto ao n.º 1 do art.º, que o facto de o legislador não ter implementando a obrigatoriedade da medida em todos os casos (não obrigando a vítima a seguir este regime¹³³ – fazendo-o depender de requerimento da própria ou do MP) ou um requisito específico para a sua utilização, a sua aplicação é realizada sem ter por base um critério de carácter objectivo, ou seja, ao não ser previsto de forma concreta um elemento uniformizador da sua aplicação, o juiz de instrução tem de ponderar e determinar a necessidade de aplicação do regime sem ter um critério orientador, como veremos no ponto 4.2.1..

Quanto ao acto processual da prestação de depoimento, indica o art.º 33, n.º 2, que, para tal, devem ser notificados o MP, o arguido, o defensor e os demais advogados constituídos no processo. Assim, na notificação, deve constar a hora e o local da prestação do depoimento, assegurando-se, de certa forma, o princípio do contraditório, uma vez que o defensor pode colocar à vítima todas as questões pertinentes para a descoberta da verdade, como assegura o art.º 33, n.º 4 (seguindo-se a ordem por ele indicada).

Refere ainda o n.º 2 do art.º 33 que é obrigatória a presença do MP e do defensor, tratando-se de uma nulidade insanável no âmbito da al. c), do art.º 119 do CPP, sempre que este requisito não seja cumprido.

É de notar que, quanto ao acto processual, o legislador previu, tal como no regime aplicável aos menores que sejam inquiridos no âmbito dos crimes de catálogo previstos no art.º 271, que a tomada de declarações seja feita em ambiente informal e reservado, visando a espontaneidade e a sinceridade das respostas, preocupando-se ainda com o impacto emocional que acarretam as declarações prestadas, decidindo, ainda, que a vítima deve também ser acompanhada por um técnico especializado, previamente autorizado pelo tribunal.

¹³¹ Como analisa também Paulo Albuquerque, *Comentário do Código de Processo Penal (...)*, pág. 730.

¹³² A Proposta de Lei n.º 248/X, vista e aprovada em Conselho de Ministros a 15 de Janeiro de 2009, referia na exposição de motivos, pág. 8, quanto ao regime apresentado no actual art.º 33 que “*Sendo a prevenção da vitimização secundária um aspecto axial das políticas hodiernas de protecção das vítimas, estabelece-se, sempre que tal se justifique, a possibilidade de inquirição da vítima no decurso do inquérito a fim de que o depoimento seja tomado em conta no julgamento, ou ainda, no caso de a vítima se encontrar impossibilitada de comparecer na audiência, a possibilidade de o tribunal ordenar, oficiosamente ou a requerimento, que lhe sejam tomadas declarações no lugar em que se encontre, em dia e hora que lhe comunicará.*”

¹³³ Concordando-se com a opção tomada, neste ponto.

Quanto ao regime aplicável, é importante realçar que o n.º 5 do art.º 33, tal como o n.º 6, do art.º 271 de CPP, socorre-se da aplicação dos artigos 352.º (afastamento do arguido durante a prestação de declarações), 356.º (reprodução ou leitura permitida de autos e declarações), 363.º (documentação de declarações orais) e 364.º (forma da documentação) do CPP, ou seja, é aplicável o mesmo regime que na audiência de julgamento.

Por último, é de referir que o facto de a vítima ser inquirida neste momento não impede nem exclui a aplicação da prerrogativa contemplada no art.º 134. Uma vez iniciado este acto processual, o juiz deve advertir a vítima, tal como resulta do n.º 2 do art.º 134, sob pena de existir uma nulidade sanável, no âmbito do art.º 120, n.º 2, al. d) do CPP.

Qual é a diferença que, a meu ver, implica que a vítima recuse esta prerrogativa e preste declarações, quanto ao crime de violência doméstica, no momento do inquérito?

Com a denúncia, a vítima pediu directamente auxílio ao sistema judicial para que cessassem as condutas criminosas do arguido. Neste momento, ela quer esclarecer tudo o que o arguido fez, lembrando-se, concretamente, do motivo porque o denunciou e deseja que o seu acto de coragem dê algum fruto, salvaguardando-a das pressões, normalmente exercidas pelo arguido após a denúncia. Assim, ao ser utilizado este instituto (num âmbito mais amplo como se verá no ponto 4.5.), a vontade da vítima assume uma especial importância no escopo do presente regime.

4.2.1. Análise do Acórdão

Mais que analisar o artigo, deve-se examiná-lo a partir da sua aplicação num caso em concreto para se aferir os problemas que podem advir da aplicação do mesmo e o porquê da sua não aplicação.

Quanto ao art.º em análise, o Tribunal da Relação de Lisboa a 11 de Janeiro de 2012¹³⁴, pronunciou-se num processo que levanta sérias dúvidas sobre a aplicação do regime às vítimas de violência doméstica.

Neste processo em concreto, a decisão incidiu sobre um recurso interposto pelo Ministério Público sobre um despacho em que o juiz indeferia o pedido do MP para inquirição de uma vítima de violência doméstica, tendo o mesmo deferido anteriormente a inquirição de dois menores vítimas de violência doméstica.

¹³⁴ Ac. da Relação de Lisboa de 11 de Janeiro de 2012, proc. n.º 689/11.5PBPDL-3, Relator Carlos Almeida, disponível em www.dgsi.pt.

No primeiro despacho emitido pelo MP, em sede de inquérito, o Procurador requeria que as vítimas fossem inquiridas em sede de declarações para memória futura. Quanto aos dois menores, o procurador argumentava que estes deveriam ser ouvidos naquele momento, ao abrigo do art.º 271 do CPP, em virtude de “*reduzir ao mínimo os efeitos que a rememoração dos episódios provoca nos menores, em termos de, se possível, se reduzir a sua intervenção a um único relato*”, para além da invocação do argumento de se precaver a perda de prova, dada a característica da menoridade.

Já quanto à vítima de violência doméstica (mãe dos menores) o MP invocou o regime contemplado no art.º 33 da Lei em análise, dada a indicação pela vítima de que “*continuava a ser alvo de pressões, intimidações, por parte da sua mãe e principalmente do arguido, pois os mesmos pressionam a ofendida aceitar a presença do arguido na sua residência, continuando esta a manifestar um sentimento de medo de que algo possa vir acontecer*.”¹³⁵. Neste sentido, o MP argumentou ainda que o depoimento da vítima se mostrava imprescindível para a descoberta da verdade, bem como seria de proteger a vítima da vitimização secundária, por ter de esclarecer e reviver a cada fase do processo a sua dolorosa experiência.

O juiz, ao analisar o despacho emitido pelo MP, decidiu deferi-lo quanto às declarações para memória futura dos menores, remetendo para momento posterior a decisão de aplicação do mesmo instituto quanto à vítima - cônjuge. Após a inquirição dos menores, decidiu indeferir o requerido pelo MP quanto a esta, invocando como fundamentos do indeferimento do despacho que o mecanismo processual previsto no art.º271 tem carácter excepcional, salvo nos casos em que se considera a testemunha como uma pessoa “*especialmente vulnerável*” (tendo em conta os artigos 1.º, n.º 3, e 26.º e ss. da Lei n.º 93/99, de 14/07). O que, no entender do juiz, pode ocorrer nos casos em que o cônjuge, que é vítima de violência doméstica, tem de prestar depoimento contra pessoa da própria família. Contudo, ao invocar tal argumento, disse não ser aconselhável a sua aplicação, pois apesar de ser uma testemunha importante, implica uma restrição na fase do julgamento, quanto ao direito processual atribuído pelo artigo 134.º, n.º 1, al. a), do CPP, “*em que, por regra e mercê do decurso do tempo, a testemunha/vítima/cônjuge se apresenta mais calma, racional e segura da sua vontade em prestar, ou não, declarações*.”

¹³⁵ Argumento este que também serviria para a alteração da medida de coacção imposta, nomeadamente, sendo aplicada a proibição de contactos (art.º200, n.º1, al. d) do CPP), que no caso (observando-se apenas o acórdão) não foi aplicado, pelo que face ao argumento apresentado a vítima carecia de mais protecção. Aqui também se demonstra a pressão sofrida pela vítima até à fase de julgamento, que, na maioria das vezes faz com que esta opte pela prerrogativa do art.º 134 do CPP, em virtude do medo e pressão sofridas até ao dia da sentença.

Por estas razões e pelas medidas de coacção que foram aplicadas ao arguido impedindo o contacto com a vítima, o juiz decidiu não deferir o requerimento, uma vez que não seria previsível que a vítima continuasse a sentir medo ou inquietação.

Assim, o MP deduziu recurso contra a decisão tomada pelo juiz de instrução e, uma vez chegado o recurso, a Relação pronunciou-se pela improcedência do mesmo, por várias razões que aqui se analisam.

Em primeiro lugar, o relator salientou que o disposto no artigo 33º da Lei em análise não pode ser analisado sem ter em conta as disposições que advêm deste regime legal, nomeadamente, o art.º 20, n.º 6 (que contempla o regime para protecção de testemunhas), artigos 16.º, n.º 2 (direito à audição e à apresentação de provas), 2.º, al. b) (onde consta a definição de vítima especialmente vulnerável), 22.º (condições de prevenção secundária) e 32.º (recurso à videoconferência ou à teleconferência).

Em segundo lugar, referiu que, uma vez admitido o regime do art.º 33, que não é obrigatório, deve-se prever um critério que ajude na determinação dos casos em que este regime deve ser aplicado. Nesse sentido, resolveu que o critério deverá resultar de “*uma ponderação entre o interesse da vítima de não ser inquirida senão na medida do estritamente indispensável à consecução das finalidades do processo e o interesse da comunidade na descoberta da verdade e na realização da justiça.*”.

Por último, entendeu serem relevantes para aferir deste critério: 1) a complexidade do processo; 2) a importância da inquirição para o apuramento da verdade; 3) a importância do contacto directo com o juiz de julgamento (princípio da imediação em sentido estrito) e a produção de prova em audiência de julgamento; 4) o facto de as declarações para memória futura não evitarem uma nova inquirição na audiência de julgamento, e 5) de a inquirição em audiência de julgamento, desde que seja feita com as “*cautelas previstas na lei*”, não pôr em causa a saúde psíquica da vítima.

Fazendo, por fim, uma ressalva que parece importante: “*Não podemos deixar ainda de dizer que a decisão sobre a tomada de declarações para memória futura não pode ser vista como um meio de evitar [tal como afirma o recorrente na motivação] ou propiciar [tal como afirma o Sr. Juiz no despacho recorrido e no de sustentação] que a vítima exerça o direito de se recusar a depor [ver artigo 134.º, n.º 1, alínea a), do Código de Processo Penal]. Ela tem esse direito em qualquer momento em que deva depor [direito que, pela forma como estão redigidos os autos de inquérito, não lhe terá sido assegurado nesta fase do processo].*”.

Em meu entender, teria sido importante assegurar o depoimento da vítima de violência doméstica, uma vez que foi a própria que referiu ao Procurador do MP as condições em que estava (com as pressões constantes feitas pela própria mãe e pelo arguido – denota-se assim que a vítima não tinha qualquer suporte familiar¹³⁶). Contudo, compreendo que, analisado o artigo e o regime legal previsto na Lei, não seria possível recorrer às declarações para memória futura (considerando os requisitos que o tribunal exigiu para a aplicação do art.º - que parecem ser muito restritivos, dado o carácter excepcional do regime). Por isso, aquilo que proponho é uma alteração ao regime previsto no art.º 33 para maximizar a aplicação do instituto, protegendo não só a vítima, como o princípio da prossecução da verdade material e também combatendo o fenómeno da vitimização secundária (que pode levar à sensação de desamparo e frustração por não conseguir obter a ajuda de que necessitava).

Em primeiro lugar, deve-se entender que a vítima de violência doméstica é uma vítima especial, tal como refere Jorge dos Reis Bravo¹³⁷, a vítima assim que denuncia a sua situação apenas lança um pedido de ajuda que deve ser promovido de forma eficiente pelas entidades responsáveis, como se afirma a justiça.

Assim, a par das medidas de coacção que devem ser aplicadas, a meu ver, a vítima quer, após descrever a sua situação, esquecer tudo o que se passou e seguir a sua vida em frente e, convenhamos, que isto não é possível enquanto decorre um processo judicial contra o arguido e a vítima tem, sucessivamente, de depor sobre o que viveu, revivendo a sua experiência vezes sem conta (as declarações prestadas em sede de inquérito, em sede da tomada de declarações para memória futura, no momento da instrução e em sede de julgamento) – levando ao fenómeno da vitimização secundária, já para não falar das pressões a que pode estar submetida, levando, consequentemente, à contaminação da prova.

Assim, propõe-se que, ao serem prestadas as declarações para memória futura, a vítima não seja *obrigada* a ir a audiência de julgamento, fazendo constar na lei uma advertência, tal como no art.º134, n.º2, que, uma vez prestadas as declarações, estas serão ouvidas em audiência de julgamento, tomadas em consideração e valoradas pelo juiz no momento da redacção da sentença, assegurando-se, assim, que a vítima percebe as consequências da aplicação do regime. Contudo, não se visa aqui propor que seja retirado à vítima a possibilidade legal de recusar depoimento em qualquer altura que deva prestar declarações, assumindo-se que, a opção descrita, tem como objectivo evitar apenas o fenómeno da vitimização secun-

¹³⁶ Partindo do princípio que a vítima prestou declarações verdadeiras.

¹³⁷ Jorge dos Reis Bravo, *A actuação do Ministério Público (...)*, pág. 60

dária. Uma vez chamada a vítima à audiência de julgamento (na medida do estritamente necessário), esta pode exercer o direito de recusa de depoimento, sendo que essa hipótese foi prevista, claramente, pelo legislador no art.º 33, n.º 7.

Outro ponto que penso que deve ser alterado é o critério para o juiz aferir se deve ou não deferir o despacho que promove as declarações para memória futura da vítima. O critério proposto pelo Tribunal da Relação de Lisboa apresenta-se como um critério restritivo da aplicação do regime, em casos que, a meu ver, deve ser melhor ponderada a sua aplicação, em virtude de todos os acontecimentos relatados e, em específico, da denúncia da pressão sofrida pela vítima, no decorrer do inquérito, que foi o motivo principal para o MP requerer esse depoimento.

Deve realçar-se que a aplicação do regime deve ser alargada às vítimas que demonstram em sede de inquirição que não têm apoio da família, ou que são vítimas da constante pressão exercida pelos familiares e pelo arguido para que a vítima volte a ficar com o arguido¹³⁸, bem como situações em que estas tentem refazer a sua vida longe do sítio em que ocorreram os factos. O critério então usado pelo Tribunal não visa o fim último do regime contemplado no art.º 33 (demonstrado na exposição de motivos da proposta de lei analisada – evitar a vitimização secundária), uma vez que apenas se vê *uma ponderação entre o interesse da vítima de não ser inquirida senão na medida do estritamente indispensável à consecução das finalidades do processo, e o interesse da comunidade na descoberta da verdade e na realização da justiça.*”, não se fazendo qualquer referência aos factos que deveriam motivar a aplicação de tal regime.

Um dos argumentos que pode ser apresentado contra o meu raciocínio é, sem dúvida alguma, o tempo e os meios que se terão de disponibilizar para que seja assegurada a aplicação do instituto a um maior número de processos.

No entanto, a aplicação do instituto implicará que se ganhe tempo e eficácia nas decisões proferidas posteriormente, considerando-se a prova feita, na tomada das declarações para memória futura, em sede de julgamento. Se se tivesse aplicado este regime no caso descrito no ponto 3.2., em que a vítima, após o julgamento, e face às novas discussões, acabou por se arrepender de ter utilizado a prerrogativa atribuída no art.º 134 do CPP e denunciou novamente o arguido, dando origem a um novo processo judicial, poder-se-ia ter evitado a criação de um novo processo.

¹³⁸ Num dos processos em que tive oportunidade de assistir a uma sessão de audiência de julgamento, uma irmã da vítima, que era testemunha no processo, não sabendo que a sua irmã era alvo de violência doméstica, insistiu que a vítima ficasse com o arguido, quando esta lhe disse que pensava em separar-se deste, disse à vítima para resolver os problemas que tinha com ele para manter o casamento, afirmando ainda que se tratava do primeiro divórcio na família e a mãe da vítima também não a apoiava em função dessa situação, mesmo depois de saber que a sua filha era vítima de violência doméstica.

Por isso, defendo que deve ser dada uma resposta séria e efectiva às vítimas de violência doméstica que confiam no sistema judicial para a resolução do seu problema, exigindo-se, não só que o processo seja urgente, mas também que se dê à vítima a possibilidade de seguir a sua vida sem se preocupar em ser chamada a intervir novamente num processo que tanto a magoa (evitando-se a vitimização secundária)¹³⁹.

4.3. A ressalva do n.º 7 do art.º 33

O art.º 33, n.º 7, da Lei em análise prevê que, apesar de ser aplicado o regime das declarações para memória futura, este não invalida a chamada da vítima à audiência de julgamento para prestar depoimento, sempre que isso não ponha em causa a sua saúde física ou psíquica.

Ora, um dos principais pontos que se fez salientar na exposição de motivos da proposta de lei foi, claramente, a prevenção da vitimização secundária. Assim, ao prever-se que a vítima possa ser inquirida em audiência de julgamento aumenta, a meu ver, este fenómeno, para além de ir contra o princípio expressamente contemplado no art.º 16, n.º2 da Lei, referindo que *“as autoridades apenas devem inquirir a vítima na medida do necessário para os fins de processo penal”*.

Não se deve expor a vítima a prestar declarações para memória futura para assegurar um depoimento quando, na verdade, se pensa, na audiência de julgamento, chamá-la a testemunhar, uma vez que se está a impor que a vítima reviva momentos de angústia, primeiro ao denunciá-los aos opc, depois se o MP requerer a aplicação do regime previsto no art.º33, que, uma vez concedida, implica que a vítima reviva novamente a sua dor, e, por fim, pensando que tinha acabado a sua participação no momento em que prestou estas declarações, é-lhe enviada uma notificação para comparecer e prestar novamente depoimento, desta vez na audiência de julgamento. Assim, entendo que, ao ser utilizado este regime, só se deve chamar novamente a vítima a depor na medida do estritamente necessário.

Nas palavras de Pinto de Albuquerque¹⁴⁰, a decisão do juiz, que considere necessária a repetição da prova em audiência de julgamento, é recorável, tendo o recurso efeito suspensivo da diligência e subindo de imediato e em separado, segundo os artigos 406.º, n.º2, 407.º, n.º1 e 408.º, n.º3 do CPP.

¹³⁹ Como se irá tratar no ponto 4.3., não se pode impedir que a vítima possa ser chamada a depor, por isso, refere-se que esta só deve ser chamada a depor na medida do estritamente necessário, a fim de se assegurar o contraditório ao arguido, quando venham a ser descobertos factos e elementos susceptíveis de colocar em causa a veracidade das declarações para memória futura prestadas pela vítima.

¹⁴⁰ Paulo Albuquerque, *Comentário do Código de Processo Penal* (...), pág. 732.

Ainda no âmbito da aplicação deste artigo, levantam-se dois problemas distintos: o primeiro prende-se com a recusa de depoimento na audiência de julgamento, esta recusa deve invalidar as declarações para memória futura anteriormente prestadas? O segundo, numa lógica diferente, é se a vítima, em sede de audiência de julgamento, refere que o depoimento que prestou anteriormente era falso.

São estas duas questões que se vão tratar autonomamente de seguida.

4.3.1. A recusa de depoimento

Uma questão que se coloca é saber como proceder se a vítima, após ter colaborado no âmbito de art.º33, uma vez chamada a depor em audiência de julgamento, exerce a prerrogativa que lhe é atribuída pelo art.º 134 do CPP, aquando da advertência feita pelo juiz.

Como se referiu na análise do acórdão, as declarações para memória futura não devem servir para contornar a prerrogativa atribuída à testemunha-vítima. Por isso, referi, aquando da análise do art.º 33, que, quando é aplicado o regime, o juiz não deve descurar essa advertência.

No entanto, foi perceptível através da observação de julgamentos, que as vítimas, uma vez chegada aquela etapa, pensam duas vezes antes de contar qualquer facto que incrimine o arguido. Isso é visível através de gestos, no modo como olha para o arguido ou na forma como a vítima vai respondendo de “mau modo” às perguntas feitas pelo Procurador.

O juiz procede à identificação da vítima e, ao apresentar a hipótese dada pelo art.º 134, esta quase nem olha para trás, avança pelo caminho mais fácil – a não prestação de depoimento. Pode-se criticar a posição tomada pela vítima, mas deve-se também analisar as razões que a levam a não depor. Analisando a estatística feita sobre o número de processos em Sintra, verificava-se que, em 2016, 6,4 % dos processos encontravam-se pendentes há mais de 8 meses, isto é, sem ter sido proferido despacho de acusação ou arquivamento, e 21,3 % dos processos encontravam-se pendentes há menos de 8 meses¹⁴¹, devendo-se ter em conta que, dentro desta percentagem, se encontram os casos em que foi proferida a suspensão provisória do processo em que, uma vez cumpridas as injunções, se procede ao arquivamento do inquérito.

Assim, é de salientar que, desde que a vítima denunciou o agressor até ao momento do julgamento, a vítima pensou em todas as consequências possíveis, nomeadamente, a título exemplificativo, como sustentar os seus filhos, se era o(a) agressor(a) que provia o sustento,

¹⁴¹ Dados constantes do Anexo I, pág. 82.

ou então pensa na justificação para condenar uma pessoa que naquele momento “já aprendeu a lição”.

Num dos casos a que pude assistir, a vítima manteve com o arguido uma relação análoga à dos cônjuges, tendo denunciado os maus tratos de que sofreu ao longo dessa relação. Uma vez chegado o momento de julgamento, a juíza, após a identificação da vítima, fez a advertência do art.º 134, n.º1, al. b) do CPP, quanto aos factos praticados durante a coabitação. No momento, a juíza salientou que, quanto a estes podia não prestar declarações, mas, quanto aos factos anteriores à coabitação a vítima era obrigada a depor e a depor com verdade, sob pena de incorrer na prática de um crime de falsidade de testemunho, previsto e punido nos termos do art.º 360 do CP.

A vítima, um pouco a contra gosto, depôs quanto aos factos anteriores à coabitação, referindo as perseguições que o arguido lhe chegara a fazer e o medo que sentia de que ele lhe fizesse algum mal, não tendo revelado absolutamente mais nada sobre os factos praticados pelo arguido. Uma das testemunhas deste processo era a mãe da ofendida, mas aos factos de que tinha conhecimento não tinha assistido directamente e o que sabia era através da filha. Neste sentido, e uma vez que a vítima não testemunhou, o testemunho desta não seria válido no âmbito do art.º 129 do CPP, fazendo a Procuradora desistir da inquirição da testemunha. O arguido, neste processo, não falou, sendo únicas as declarações prestadas pela vítima. Face à prova produzida, a Procuradora do MP, em sede de alegações, disse não haver prova suficiente para a condenação do arguido e, por isso, pediu a sua absolvição.

Na sentença, a juíza decidiu que os factos relatados não configurariam um crime de violência doméstica e, por isso, o arguido tinha de ser absolvido, sendo que a considerar-se algum crime seria o crime de perseguição, também conhecido como stalking, previsto pelo Código Penal no art.º 154- A, mas, uma vez que à data da prática dos factos, este crime não se encontrava previsto no CP, o arguido também dele teria de ser absolvido, à luz do princípio constitucional previsto no art.º 29, n.º 1 e 3 da CRP, arts. 1.º, n.º 1 e 2.º, n.º 1 e 4 do CP, da proibição de retroactividade *in pejus*.

No fim da leitura da sentença a juíza fez questão de explicar ao arguido que ele não tinha sido absolvido por se ter provado a sua inocência, mas por não haver elementos de prova de que tinha praticado os actos descritos na acusação.

No entanto, o regime que vigora actualmente para as situações em que a vítima é chamada a depor depois de ter prestado declarações para memória futura é o de que, se a

vítima-testemunha exercer a prerrogativa concedida pelo 134.º CPP, não devem ser tidas em conta as declarações para memória futura¹⁴².

Assim, entendo que, se a vítima exercer o direito estabelecido no art.º 134 quando tenha sido utilizado o regime das declarações para memória futura, dever-se-ia perguntar se esta autoriza a audição das declarações por ela prestadas ao abrigo das declarações para memória futura e a valoração que estas podem ter depois de ouvidas, e se esta não permitir, então, entendo como refere Paulo Pinto Albuquerque¹⁴³, que “*o direito de recusa a depor não deve ser subvertido pela leitura na audiência de julgamento das declarações para memória futura*”, tal como resulta do art.º 356, n.º 6 do CPP.

Pode afirmar-se que a opção por mim defendida pode pressionar a vítima a aceitar a reprodução das declarações e a sua análise, mas também não se pode esquecer que todo este momento poderia ter sido evitado se a vítima não fosse chamada a julgamento. Nesta linha, e precisamente por entender que, ao haver uma advertência inicial à vítima sobre as consequências que advêm da utilização do regime das declarações para memória futura, não se subverte o direito de recusa a depor pela leitura na audiência de julgamento, pois, esta está consciente das implicações da utilização do instituto.

4.3.2. As falsas declarações prestadas pela testemunha, aquando das declarações para memória futura

As falsas declarações prestadas pela testemunha, aquando das declarações para memória futura, são um dos problemas que surge quando se consideram estas essenciais para a produção de prova em audiência de julgamento.

No que diz respeito às denúncias feitas, no âmbito da violência doméstica, deve ser considerado que mais de 50% das denúncias efectuadas são arquivadas, por se tratarem de denúncias falsas¹⁴⁴, perdendo-se tempo e recursos com a investigação que é exigida ao Ministério Público quando recebe a denúncia de um crime público.

¹⁴² Ac. da Relação de Lisboa, de 4 de Outubro de 2016, proc. n.º 311/15.0JAPDL.L1-5, Relator Cid Geraldo, em que refere, quanto ao direito de recusa de prestação de depoimento que “*não se valoraram as declarações da VP ainda que prestadas anteriormente para memória futura, por causa da relação de coabitação que mantém com o arguido T. e que na altura já tinha e porque ela recusou ser testemunha - art.º 134º, n.º 1, al.b) do CPP.*” Disponível em www.dgsi.pt

¹⁴³ Paulo Albuquerque, *Comentário do Código de Processo Penal* (...), pág. 376.

¹⁴⁴ Como se verificou no ponto 2.4.1. do presente relatório, a percentagem de despachos de arquivamento, em Sintra, ascende aos 59%, mas deve ter-se em atenção que esta percentagem incluiu os processos em que foi proferida primeiramente a suspensão provisória do processo e, uma vez cumpridas as injunções, o processo foi arquivado.

Uma das primeiras conversas que tive com a Supervisora de estágio, a Procuradora da República Paula Ferraz, foi sobre esse fenómeno, que se torna aterrador, mas que é frequentemente utilizado. Assim, um dos motivos que leva alguém a fazer-se passar por vítima de violência doméstica é, em geral, querer ganhar um outro processo em curso, no mesmo ou noutra tribunal, para denegrir a imagem do outro interveniente. Por norma, os processos que fazem a alegada vítima fazer a denúncia, são os processos de divórcio ou uma acção de Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais (porque poderá aumentar as hipóteses de ganho).

Outra situação que concorre para as falsas denúncias de violência doméstica, a par das acima descritas, é a identificação das pessoas (que se revêem em algumas das condutas descritas) com os casos que são apresentados por verdadeiras vítimas de violência doméstica nos meios de comunicação social. Nestes casos, aquilo que acontece é uma influência directa, através de um relato verídico, com o qual o(a) denunciante se identifica, quando, na verdade, os factos ocorridos não têm relevância penal suficiente para se subsumirem no crime de violência doméstica.

Tendo em linha de conta os exemplos acima descritos, o MP deve investigar cada denúncia e, não sendo visível, após a investigação, que a denúncia é falsa, é averiguada a possibilidade de suspensão provisória do processo e, se não for possível a sua aplicação, o MP deduz o despacho de acusação, seguindo o processo os trâmites normais.

Assim, uma vez convencido o MP de que houve a prática de um crime de violência doméstica e este requeira a tomada de declarações para memória futura, é natural que a alegada vítima continue a prestar falsas declarações acerca das condições em que ocorreram os factos.

Neste sentido, o MP e o juiz de instrução devem empenhar-se na descoberta da verdade, tal como em todos os casos, fazendo, para isso, todas as perguntas necessárias para que não existam dúvidas de que o crime foi cometido.

Nesta linha de pensamento, uma vez chegada a audiência de julgamento, o juiz, ao reproduzir as declarações para memória futura da vítima, deve valorá-las, como se esta estivesse presente e em conjunto com as demais provas produzidas. Se se chegar ao entendimento de que as declarações reproduzidas não mereciam credibilidade face à restante prova produzida, o juiz deve desconsiderar essa prova e fundamentar as razões de não merecerem credibilidade, tal como as declarações que são prestadas em audiência de julgamento, uma vez que acreditar ou não nas declarações da vítima será sempre uma questão da valoração da prova.

Num cenário completamente diferente, pode acontecer que a vítima tenha sido notificada para comparecer na audiência de julgamento, depois de ter prestado declarações para memória futura e, uma vez não exercido o direito de recusa de depoimento, relate perante os intervenientes processuais factos contraditórios¹⁴⁵ aos que declarou ao abrigo do art.º 33. Põe-se aqui o problema de saber se o advogado do arguido pode pedir a reprodução das declarações da vítima para a descredibilizar. No âmbito do art.º 356, n.º2, al. a) do CPP (que é válido para o regime do art.º 33), é possível pedir a reprodução das declarações sendo que, para isso, o juiz deve fazer constar na acta a permissão e a sua justificação, sob pena de nulidade (art.º 356, n.º9 de CPP).

4.4. O princípio do contraditório e as declarações para memória futura

O princípio do contraditório é um princípio constitucional no art.º 32, n.º5 da CRP. Este princípio impõe que todos os participantes processuais tenham a oportunidade de serem ouvidos e, nesse sentido, se possam pronunciar quanto aos factos discutidos no processo, oferecendo provas antes de ser proferida uma decisão que os possa afectar.

Para este efeito os meios de prova apresentados em sede de audiência de julgamento, tal como indica o art.º 327 do CPP, são sempre submetidos ao princípio do contraditório, prevendo-se, após as alegações orais, que as últimas declarações prestadas sejam as do arguido, para que este possa ainda defender-se do que foi salientado nas mesmas, como consta no art.º 361 do CPP.

Assim, as declarações para memória futura não são uma excepção, uma vez que são integradas no art.º 32, n.º 5 da CRP, no segmento em que se refere os actos instrutórios. Neste sentido, o princípio do contraditório é assegurado no momento da tomada das declarações para memória futura, através da presença do arguido, do seu defensor e dos demais advogados constituídos, podendo estes, após a inquirição feita pelo juiz, formular perguntas adicionais, como resulta da conjugação dos n.ºs 2 e 4 do art.º 33 da Lei n.º112/2009, de 16 de Setembro¹⁴⁶.

A única desvantagem que aqui se coloca é o facto do juiz da audiência de julgamento e os demais intervenientes processuais terem que se sujeitar às perguntas formuladas naquele

¹⁴⁵ Sendo que a discrepância consiste, como salienta Paulo Pinto Albuquerque, *Comentário do Código de Processo Penal* (...), pág. 919, “numa variação dos factos descritos” e a contradição “consiste numa incompatibilidade lógica entre duas afirmações, numa incompatibilidade lógica entre duas negações ou ainda numa incompatibilidade entre uma afirmação ou negação.”

¹⁴⁶ Para Paulo Pinto de Albuquerque, *Comentário do Código de Processo Penal* (...), pág. 731, só é assegurado verdadeiramente o princípio do contraditório, nesta diligência, se forem disponibilizados ao arguido, assistente e partes civis, por parte do MP, os anteriores depoimentos prestados nos autos por aquela testemunha.

acto processual e não poderem esclarecer questões que em sede de audiência de julgamento se afiguram pertinentes para a descoberta da verdade.

Foi suscitada ao Supremo Tribunal de Justiça em 2007¹⁴⁷, quanto ao regime previsto no art.º 271 (válido também para o regime do art.º 33), a questão da violação do princípio do contraditório. O STJ respondeu em sentido negativo, referindo que este acto processual respeita os elementos essenciais do contraditório, através do previsto no n.º 2 do artigo, uma vez que é permitido ao arguido a presença na produção de prova e a possibilidade de confrontação no decorrer da diligência.

Assim, o STJ rematou a questão dizendo que “ (...) *em certas circunstâncias pode ser necessário que as autoridades judiciais recorram a declarações prestadas na fase do inquérito ou da instrução, (...) se o arguido tiver oportunidade, adequada e suficiente, de contraditar tais declarações posteriormente, a sua utilização não afecta, apenas por si mesma, o contraditório, cujo respeito não exige, em termos absolutos, o interrogatório directo em cross-examination.*”

Afigurando-se que o princípio do contraditório é respeitado em função das oportunidades concedidas ao arguido, não só no momento da tomada das declarações para memória futura, como já examinado, mas também na audiência de julgamento, significa isto que, da utilização do regime, não resulta uma violação de tal princípio.

4.5. A importância da aplicação ampla do regime ao crime de violência doméstica

Como oportunamente se foi salientado ao longo do relatório, o regime previsto na Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro, foi uma importante inovação no que concerne à protecção das vítimas de violência doméstica. Contudo, a aplicação do art.º 33 dessa Lei é, a meu ver, insuficiente face aos fins para que foi prevista e às circunstâncias que quis atender.

Aqui é essencial referir, desde já, que as declarações para memória futura são essenciais, não só para a descoberta da verdade material, como também para a protecção da vítima, no âmbito da vitimização secundária.

É através deste regime que pode ser assegurada a produção de prova, não havendo, na expressão utilizada por Jorge dos Reis Bravo¹⁴⁸, uma “*via-sacra*” que a vítima tem de percorrer. É necessário prever mecanismos que ajudem concretamente a vítima de violência doméstica quanto ao processo judicial e, uma vez previstos, é necessário que a sua aplicação vise proteger os fins a que se destinou e não a proteger um número limitado de casos que se

¹⁴⁷ Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 7 de Novembro de 2007, proc. n.º 07P3630, Relator Henriques Gaspar, disponível em www.dgsi.pt.

¹⁴⁸ Jorge dos Reis Bravo, *A actuação do Ministério Público (...)*, pág. 59.

enquadram nos critérios restritivos, tal como definidos no acórdão analisado no ponto 4.2.1.¹⁴⁹ – resolver esta situação é promover definitivamente a protecção das vítimas.

A par da aplicação do instituto a um maior número de casos, também desejaria que fossem tomadas precauções que, a meu ver, são essenciais, nomeadamente que a vítima seja sempre informada do que representa a utilização deste instituto e das consequências a ele associadas, mantendo-se informada das opções que podem ser tomadas no decorrer do processo, como por exemplo, a libertação do arguido, a sua condenação ou absolvição.

Daqui resulta que, com as exigências que são feitas para a aplicação do instituto, se respeita a liberdade e a autonomia individual da vítima, pois é ela que decide o caminho que pretende tomar – papel activo – e podendo naquele momento rejeitar ou exercer a prerrogativa do 134.º, bem como decidir se pretende prestar tais declarações, ou se as quer fazer em audiência de julgamento, respeitando-se a “seriedade e ubiquidade que o crime aconselha”¹⁵⁰.

Durante a realização do estágio, assisti, apenas uma vez, em audiência de julgamento, num caso de violência doméstica, à reprodução das declarações para memória futura da vítima. Nesse processo, em que assisti apenas a uma sessão de audiência de julgamento, percebi que a vítima tinha sido agredida pelo filho, que já tinha sido condenado anteriormente por um crime de violência doméstica, contra a mesma vítima. Após o arguido ter saído da prisão, voltou para casa por não ter para onde ir, vivendo, novamente, sozinho com a vítima. Na reprodução destas declarações, foi audível que a vítima se encontrava muito transtornada por ter de acusar novamente o filho. O tom de voz com que falava demonstrava as suas emoções, num depoimento em que o choro quase sempre esteve presente, descreveu os factos que tinham acontecido, demonstrando quão difícil foi considerar a possibilidade de pôr o filho a viver na rua ou deixá-lo a viver em sua casa, sabendo ainda que contraditava as ordens do tribunal, mas este era seu filho (o arguido, ao ir viver para sua casa, prometera que não lhe faria mal). Foi esta situação que me fez pensar na importância do regime previsto, uma vez que, neste processo, a reprodução do depoimento afigurou-se extremamente importante para a descoberta da verdade, protegendo-se ainda a vítima de ter de descrever novamente todos os factos.

Posteriormente, assisti a muitos processos onde a vítima se socorria do direito de recusa de depoimento (como fui descrevendo), percebendo que este modo de produção de

¹⁴⁹ Refiro-me aos critérios definidos por este acórdão, por ser o único que demonstrou os vários pressupostos de aplicação do regime do art.º 33 da Lei 112/2009, de 16 de Setembro.

¹⁵⁰ Tereza Beleza, *Colectânea de Textos* (...), pág. 118, afirmava assim, perante a decisão de mudança do carácter semi-público para público do crime de violência doméstica: “por razões de natureza psicológica, financeira, afectiva, as mulheres que são agredidas pelos seus maridos ou companheiros muitas vezes não denunciam o crime, ou tendo-o feito mudam de opinião e querem voltar atrás. A decisão da lei não é fácil: se por um lado a seriedade e ubiquidade do crime aconselham o seu carácter público (processualmente falando), o respeito pela liberdade e autonomia individual pode tornar essa escolha problemática”.

prova assecuraria, de forma eficaz, um depoimento essencial, que deveria ser tomado em consideração em sede de audiência de julgamento. Por isso, este regime permitia que o depoimento fosse considerado e valorado como se tivesse sido produzido naquele momento, afigurando-se uma boa escolha para a resolução do problema.

Esta opção pode ser relevante para a condenação do arguido, mas não se pode esquecer que, quando este depoimento não seja um elemento de prova suficiente para a condenação do arguido, deve-se absolvê-lo com base no princípio *in dubio pro reo*¹⁵¹, mas conscientes de que a justiça fez tudo para apurar a verdade e para tentar proteger uma possível vítima.

Termino esta análise com uma passagem interessante de um acórdão da Relação de Évora¹⁵², de 14 de Fevereiro de 2012, que nos faz recordar aquilo que se deve ter em conta neste tipo de crime, referindo assim o relator: “ (...) *a necessidade de criminalização das condutas previstas no tipo em análise adveio da progressiva consciencialização acerca da gravidade de um fenómeno social de proporções tanto mais alarmantes quanto encapotadas e altamente lesivo, com repercussões quer a nível da formação individual, quer a nível da integridade do próprio tecido social. (...) Pretendeu-se, pois, contrariar um sentimento de impunidade - encorajado pelo facto de tais condutas serem habitualmente praticadas em círculos privados ou muito restritos, longe dos olhares alheios, nem sempre denunciadas e ainda mais raramente reclamada a sua punição até às últimas consequências, seja por medo de represálias, vergonha de expor publicamente a situação ou falta de capacidade para o fazer (circunstâncias, aliás, propiciadoras da sua proliferação) - bem como travar a espiral de violência em que se traduzem e os demais efeitos nocivos que desencadeiam, reprimindo a sua prática.*”

¹⁵¹ O princípio do *in dubio pro reo* é um princípio geral do processo penal que exige que o julgador se deva pronunciar de forma favorável ao arguido, quando, da prova produzida em audiência de julgamento, não tiver resultado uma certeza sobre os factos decisivos para a decisão da causa.

¹⁵² Ac. da Relação de Évora, de 14 de Fevereiro de 2012, proc. n.º 478/09-7GBLLE.E1, Relator António João Latas, disponível em www.dgsi.pt.

Conclusão

Iniciei o relatório com a análise do crime de violência doméstica em concreto, para que fosse possível perceber, nos capítulos seguintes, todas as condições a que me referia, analisando as várias alterações feitas ao tipo incriminador, que visaram, essencialmente, o combate ao fenómeno da violência doméstica que, legitimada por fundamentos religiosos, culturais ou políticos, foram incutidos na nossa cultura. Nestes termos, tornou-se uma obrigação do Estado de Direito implementar medidas que promovessem o fim dessas práticas, concluindo-se que todas estas alterações feitas ao art.º 152, até hoje, têm como fim último a protecção da vítima.

Uma vez concluída a análise do crime de violência doméstica e o seu propósito, passei ao estudo da tramitação processual, dado que a observação feita no decorrer do estágio propiciou que eu fosse verificando todos os caminhos possíveis no processo penal até à fase de julgamento, analisando, não só teoricamente, como de um modo prático, os problemas que fui vendo no decorrer do estágio em múltiplos processos, traçando o caminho seguido pelo Ministério Público, que representa um papel importantíssimo no que à fase de inquérito diz respeito.

Todavia, assumi que a parte fundamental do trabalho consistia na análise do problema com que me deparei no decorrer do estágio. O direito de recusa do depoimento e o consequente impedimento de produção de prova, nos casos de violência doméstica, face aos laços mantidos entre a vítima e o arguido, constituía um problema para o qual eu queria apresentar uma solução, que consiste na aplicação do regime das declarações para memória futura.

Assim, tendo como ponto de referência o art.º 271 do CPP, examinei detalhadamente o regime previsto no art.º 33 da Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro, apontando para as alterações que deveriam ser feitas a este mecanismo de antecipação da produção de prova, para que se pudesse utilizar o regime num maior número de casos, propondo critérios menos rígidos e advertências que devem ser feitas à vítima com a utilização daquele instituto. Concluindo que estas alterações visam, principalmente, promover a realização da boa justiça, compreendendo a posição da vítima no processo, por esta ser uma vítima de carácter especial que deve ser especialmente protegida em virtude dos factos sofridos, tendo, ainda, como finalidade a descoberta da verdade.

Por último, é de realçar que o estágio representou uma vertente importante para o desenvolvimento deste relatório, uma vez que a percepção real dos pontos que devem ser

melhorados neste regime só se consegue através da observação da prática judiciária. A vertente prática aqui incluída tenta demonstrar, não só os problemas reais com os quais me deparei, como também visa alertar para uma solução, que pode ser capaz de dar uma resposta pacífica e eficaz ao problema identificado, olhando para todas as partes e satisfazendo o fim máximo do processo penal e do direito penal – a realização de uma boa justiça.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de; “*Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*”, 3.^a Edição actualizada, Universidade Católica Editora, Lisboa, Novembro de 2015;

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de; “*Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*”, 4.^a edição actualizada, Universidade Católica Editora, Lisboa, Abril de 2011.

BELEZA, Teresa Pizarro; “*Violência Doméstica*”, in Colectânea de Textos de Parte Especial do Direito Penal, AAFDL, 2008

BRANDÃO, Nuno; “*A Tutela Penal Especial Reforçada da Violência Doméstica*”, Revista Julgar, n.º 12, N.º Especial: Crimes no Seio da Família e sobre Menores, Coimbra Editora, 2010, também disponível em <https://apps.uc.pt/mypage/files/nbrandao/450>

BRAVO, Jorge dos Reis; “*A actuação do Ministério Público no âmbito da violência doméstica*”, in Revista do Ministério Público, n.º102, Editorial Minerva, Lisboa, Abril/Junho de 2005

BRITO, Teresa Quintela de; “*Direito Penal – Parte Especial: Lições, Estudos e Casos*”, Coimbra Editora, 2007

BRUCHO, José Manuel Saporiti Machado da Cruz, “*Declarações para memória futura (elementos de estudo)*”, de 2 de Abril de 2012. Disponível em https://www.trg.pt/ficheiros/estudos/declaracoes_para_memoria_futura.pdf

CAEIRO, Pedro; “*Legalidade e oportunidade: a perseguição penal entre o mito da “justiça absoluta” e o fetiche da “gestão eficiente” do sistema*”, disponível em <http://www.fd.uc.pt/~pca-eiro/2002%20Legalidade%20e%20oportunidade.pdf>

CARDOSO, Cristina Teixeira; “*A Violência Doméstica e as penas acessórias*”, Dissertação de Mestrado, Universidade Católica, Porto, Maio de 2012.

CARVALHO, Taipa de; Anotações ao art.º 152 do Código Penal, “*Comentário Conimbricense do Código Penal*” - Parte Especial, TOMO I, Dirigido por JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, Coimbra Editora, 2.^a edição, Maio de 2012.

DIAS, Augusto Silva; “*Materiais para o estudo da Parte Especial do Direito Penal, Crimes contra a vida e a integridade física*”, 2.^a Edição, AAFDL, Lisboa 2007.

DIAS, Jorge Figueiredo; “*Direito Penal – Parte Geral*” Tomo I – Questões Fundamentais. A Doutrina Geral do Crime, 2.^a Edição, Coimbra: Coimbra Editora, Agosto de 2007.

FEITOR, Sandra Inês; “*Análise Crítica do Crime de Violência Doméstica*”, 2012 <http://www.fd.unl.pt/anexos/5951.pdf>

FERNANDES, Catarina; “*Violência Doméstica - implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno*”, Manual Pluridisciplinar, Dirigido por PAULO GUERRA e LUCÍLIA GAGO, Caderno Especial, Centro de Estudos Judiciários, Abril de 2016, disponível em http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebook_civil.php

FERNANDES, Plácido Conde; “*Violência Doméstica, Novo Quadro Penal e Processual*”, Jornadas sobre a Revisão do Código Penal, Revista CEJ, 1.º semestre de 2008, n.º 8.

LEITE, André Lamas; “*As alterações de 2013 aos códigos penal e de processo penal: uma reforma «cirúrgica»?*” - Coimbra Editora, Coimbra 2014.

LEITE, André Lamas; “*A violência relacional íntima: reflexões cruzadas entre o direito penal e a criminologia*”, Revista Julgar, n.º 12 - Especial - Set-Dez, Coimbra Editora, 2010.

MOURÃO, Helena, “*O efeito-à-distância das Proibições de Prova no Direito Processual Penal Português*” in Revista Portuguesa de Ciência Criminal n.º 4, Coimbra, Coimbra Editora, Outubro- Dezembro de 2006.

NUNES, Carlos Casimiro/ MOTA, Maria Raquel; “*O crime de violência doméstica: a al. b) do n.º 1 do art. 152º do Código Penal*”, in Revista do Ministério Público, n.º122, Editorial Minerva, Lisboa, 2010.

PALMA, Maria Fernanda; “*Conceito material de crime, direitos fundamentais e reforma penal*”, Lisboa, Outubro de 2012. Disponível em http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/TQB_MA_22910.pdf.

PINTO, Frederico de Lacerda da Costa, “*Depoimento indirecto, legalidade da prova e direito de defesa*”, Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias, Volume III, Coimbra Editora, Coimbra, 2010.

SANCHO, Paulo; “*O segredo médico no contexto de Violência Doméstica*”, Revista da Ordem dos Médicos, n.º 165, Ano 31, Dezembro de 2015.

SILVA, Germano Marques da; “*Curso de Processo Penal Português: Noções Gerais, Sujeitos Processuais e Objecto*”, Volume I, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2013.

SILVA, Germano Marques da; “*Curso de Processo Penal IP*”, 5ª Edição, revista e actualizada, Editorial Verbo, 2011.

SILVA, Germano Marques da; “*Direito Processual Penal Português: do procedimento (Marcha do Processo)*”, vol. III, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2014.

TEIXEIRA, Carlos Adérito; “*Depoimento Indirecto e Arguido: Admissibilidade e Livre Valoração versus Proibição de Prova*”, in Revista do CEJ, Lisboa, n.º2, 1º Semestre de 2005.

Jurisprudência

Supremo Tribunal de Justiça

- Processo n.º 06P1167, Relator Simas Santos, de 6 de Abril de 2006
- Processo n.º 07P3630, Relator Henriques Gaspar, de 7 de Novembro de 2007
- Processo n.º 1063/07, Relator Victor Gomes, de 25 de Março de 2009

Tribunal da Relação de Coimbra

- Processo n.º 20/05.9TATMR.C1, Relator Vasques Osório, de 28 de Maio de 2008
- Processo n.º 63/10.0GJCTB.C1, Relator José Eduardo Martins, de 19 de Setembro de 2012
- Processo n.º 83/12.0GCGRD.C1, Relator Belmiro Andrade, de 27 de Fevereiro de 2013
- Processo n.º 511/13.8TACVL.C1, Relatora Isabel Valongo, de 28 de Janeiro de 2015

Tribunal da Relação de Évora

- Processo n.º 1999/07-1, Relator António João Latas, de 3 de Junho de 2008
- Processo n.º 478/09-7GBLLE.E1, Relator António João Latas, de 14 de Fevereiro de 2012
- Processo n.º 95/08.9IDFAR.E1, Relator António João Latas, de 12 de Junho de 2012
- Processo n.º 113/10.0TAVVC.E11, Relator João Gomes de Sousa, de 8 de Janeiro de 2013
- Processo n.º 126/12.8GAMAC.E1, Relator Sénio Alves, de 11 de Julho de 2013
- Processo n.º 497/12.6PALGS.E1, Relator António João Latas, de 19 de Dezembro de 2013
- Processo n.º 317/09.9GFSTB.E2, Relator Alberto João Borges, de 11 de Março de 2014
- Processo n.º 1340/14.7TAPTM.E1, Relatora Ana Barata Brito, de 30 de Junho de 2015

Tribunal da Relação de Guimarães

- Processo n.º 710/09.7GAEPS-A.G1, Relator Tomé Branco, de 28 de Junho de 2010
- Processo n.º 746/11.8PBGMR.G1, Relatora Ana Teixeira e Silva, de 4 de Março de 2013

- Processo n.º 197/12.7GDGMR.G1, Relator Tomé Branco, de 1 de Julho de 2013
- Processo n.º 591/11.0PBGMR. G1, Relatora Ana Teixeira, de 10 de Julho de 2014

Tribunal da Relação de Lisboa

- Processo n.º 1702/2008-3, Relator Carlos Almeida, de Fevereiro de 2008
- Processo n.º 689/11.5PBPD.L-3, Relator Carlos Almeida, de 11 de Janeiro de 2012
- Processo n.º 790/09.5GDALM.L1-3, Relatora Maria da Graça dos Santos Silva, de 17 de Abril de 2013
- Processo n.º 469/13.3PBAMD.L1-9, Relator João Abrunhosa de Carvalho, de 23 de Abril de 2015
- Processo n.º 249/14.9PAPTS.L1-5, Relatora Filipa Macedo, de 31 de Maio de 2016
- Processo n.º 662/13.9GDMFR.L1, Relator Jorge Gonçalves, de 5 de Julho de 2016
- Processo n.º 311/15.0JAPDL.L1-5, Relator Cid Geraldo, de 4 de Outubro de 2016

Tribunal da Relação do Porto

- Processo n.º 0515949, Relator Jorge França, de 1 de Fevereiro de 2006
- Processo n.º 59/07.0TBMSF-B.P1, Relator Mário Fernandes, de 19 de Março de 2009
- Processo n.º 368/09.3PQPRT.P1, Relator Joaquim Gomes, de 29 de Fevereiro de 2012
- Processo n.º 90/11.0GFPRT.P1, Relator Joaquim Gomes, de 20 de Junho de 2012
- Processo n.º 95/10.9GACPV.P1, Relatora Maria do Carmo Silva Dias, de 30 de Janeiro de 2013
- Processo n.º 2167/10.0PAVNG.P1, Relator Coelho Vieira, de 6 de Fevereiro de 2013
- Processo n.º 130/10.GAMTR.P1, Relator Alves Duarte, de 10 de Julho de 2013
- Processo n.º 364/12.3GDSTS.P1, Relator José Carreto, de 15 de Janeiro de 2014
- Processo n.º 3299/14.1TAMTS.P1, Relator Horácio Correia Pinto, de 30 de Setembro de 2015
- Processo n.º 173/14.5GBAND.P1, Relator João Pedro Nunes Maldonado, de 9 de Novembro de 2016

ANEXOS

I. Sintra DIAP 5ª secção -Mapas Ministério Público dos inquéritos de 01-01-2016 a 31-12-2016

Tipo de crime	Movimentados			Findos										Pendentes		
	Vind o do período anterior	Entra-das no período de 2016	Total	Acusação							Outros destinos			Total	Há + 8 meses	Há -8 meses
				Colec-	Sing.	Abre-	Art.º 16, n.º3	Sum.	Parti.	Sub-to-tal	Argu.	Outros motivos	Sub.to-tal			
Violência doméstica	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Violência doméstica (outros)	41	164	205	3	13	0	4	0	0	20	106	22	128	148	11	46
Violência doméstica agravada pelo resultado (outros)	6	3	9	0	3	0	4	0	0	7	0	0	0	7	0	2
Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	284	743	1027	4	95	0	27	0	3	129	463	147	610	739	68	220
Violência doméstica contra cônjuge ou análogas agravado pelo resultado	6	3	9	0	5	0	2	0	0	7	0	0	0	7	1	1
Violência doméstica contra cônjuge ou análogos na forma tentada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Violência doméstica contra menores	12	12	24	0	2	0	0	0	0	2	16	2	18	20	2	2
Violência doméstica contra menores agravado pelo resultado	1	2	3	0	2	0	1	0	0	3	0	0	0	3	0	0
Violência doméstica contra menores na forma tentada	0	10	10	0	0	0	0	0	0	0	5	2	7	7	1	2
Violência doméstica na forma tentada (outros)	4	6	30	0	2	0	1	0	0	3	15	4	19	22	1	7

Total	354	964	1318	7	122	0	39	0	3	171	605	177	782	1003	84	281	365
-------	-----	-----	------	---	-----	---	----	---	---	-----	-----	-----	-----	------	----	-----	-----

Violência Doméstica - DIAP de Sintra

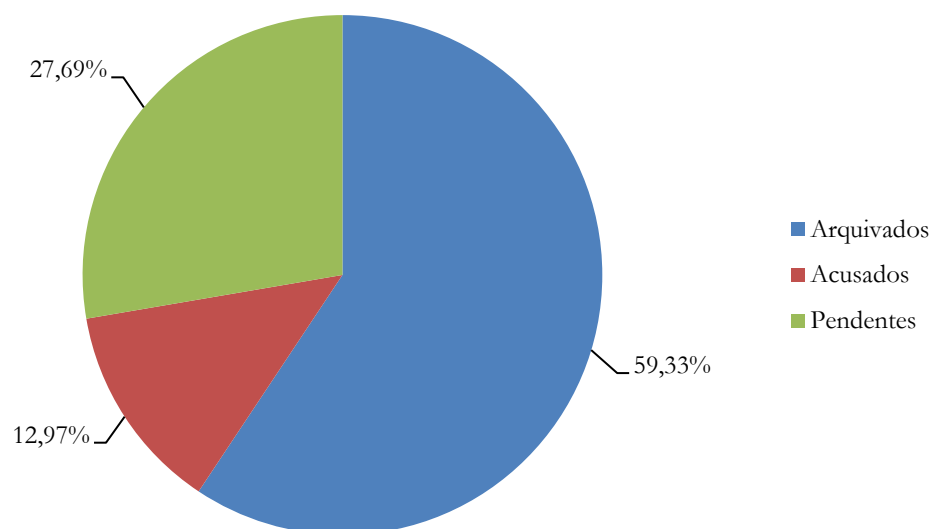


Gráfico 1: Violência doméstica em Sintra, no âmbito do despacho atribuído no final da fase de inquérito

Tipos de Violência Doméstica

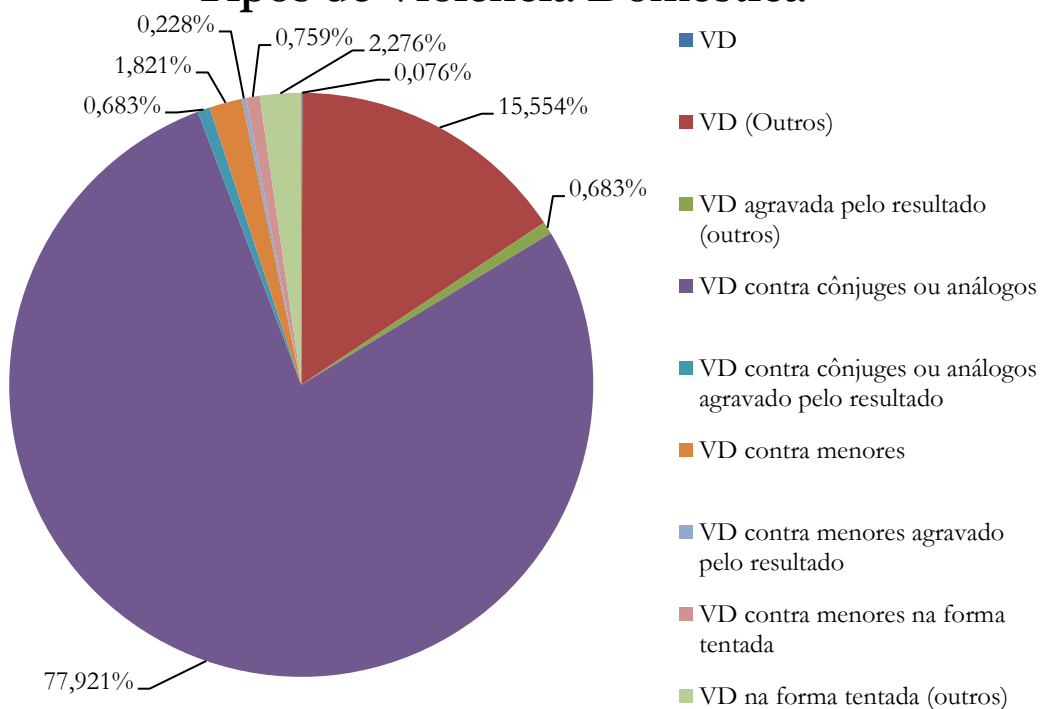
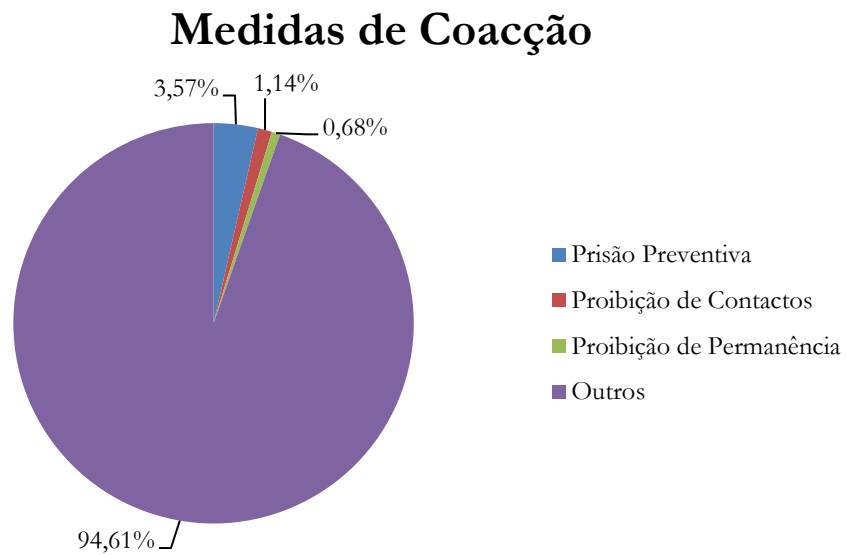


Gráfico 2: Tipos de violência doméstica registados em fase de inquérito

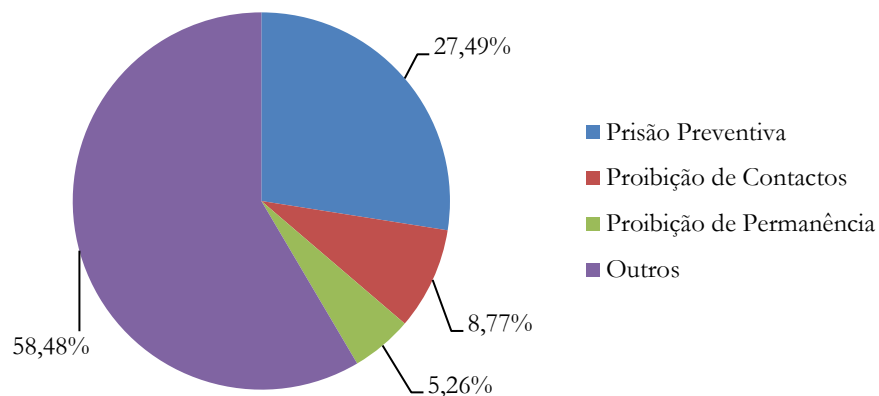
II. Principais medidas de coacção aplicadas entre 01-01-2016 a 31-12-2016

Medidas de Coacção	
Prisão preventiva	47
Proibição de contactos	15
Proibição de permanência	9
Total	71



Contraste entre gráficos sobre as principais medidas de coacção aplicadas face ao número de inquéritos registados (gráfico 1) e face ao número de acusações deduzidas (gráfico 2)

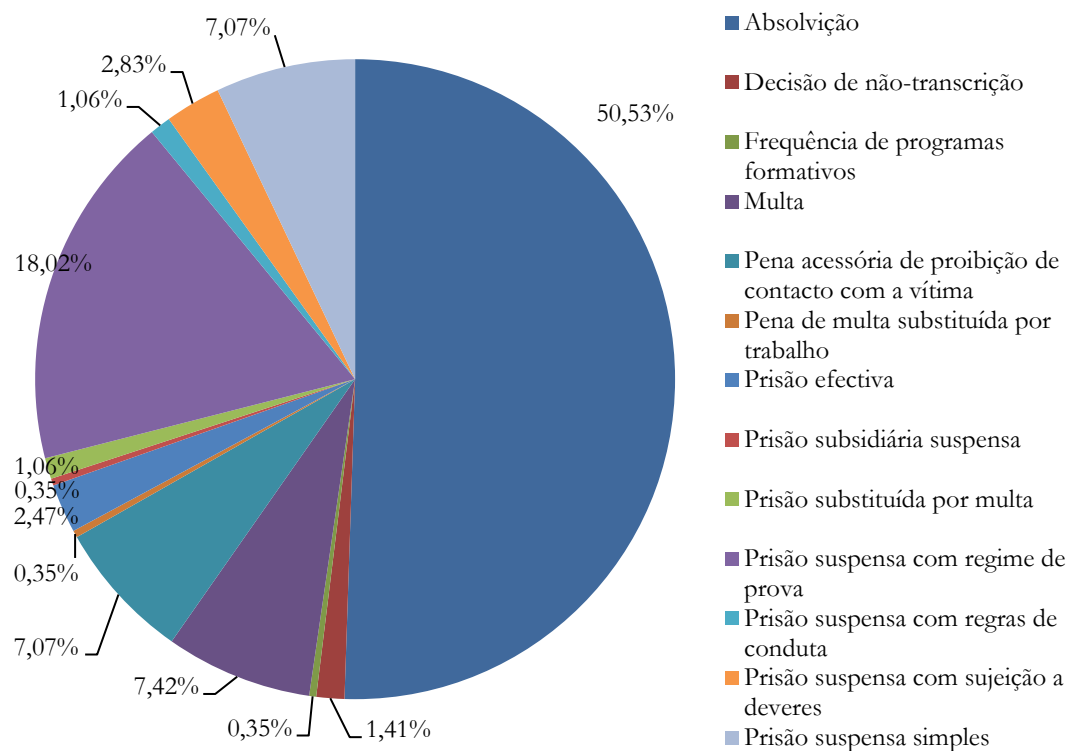
Medidas de Coacção - Acusação



III. Penas e medidas aplicadas em sede de julgamento entre 01-01-2016 a 31-12-2016

Penas e Medidas aplicadas	
Absolvição	143
Decisão de não-transcrição	4
Frequência de programas formativos	1
Multa	21
Pena acessória de proibição de contactos com a vítima	20
Pena de multa substituída por trabalho	1
Prisão efectiva	7
Prisão subsidiária suspensa	1
Prisão substituída por multa	3
Prisão suspensa com regime de prova	51
Prisão suspensa com regras de conduta	3
Prisão suspensa com sujeição a deveres	8
Prisão suspensa simples	20
Total	283

Penas e Medidas Aplicadas



IV. Plano de actividades do Estágio Curricular



**Comarca de Lisboa Oeste – Ministério Público
Sintra - DIAP**

Palácio da Justiça – Av. General Mário Firmino Miguel n.º 2 – 2714-556 Sintra
Telef: 219100500 Faz: 211545156 Mail: sintra.diap@tribunais.org.pt

Estágio Curricular

Plano de actividades

Instituição: Departamento de Investigação e Acção Penal
Comarca de Lisboa Oeste – Sintra

Nome da Estagiária: Vânia Patrícia Ribeiro Anselmo

Horário: segunda a sexta, das 10.00 h- 12.00 h e das 13.30 h-17.00 h

Período do Ano: 4 meses – início 19-9-2016 e termo a 20-1-2017

Actividades a serem desenvolvidas, com salvaguarda do segredo de justiça, nos termos do Protocolo assinado:

- contacto com o procedimento criminal, em particular relativo ao crime de violência doméstica;
- acompanhamento processual dos Processos do DIAP (findos) e em sede de Julgamento, por forma a permitir uma avaliação global dos Processos;
- contacto com os Senhores Magistrados titulares dos Processos e com a respectiva coordenação, bem como, senhores Funcionários, por forma a permitir uma perspectiva global dos serviços nos Tribunais.



Comarca de Lisboa Oeste – Ministério Público
Sintra - DIAP

Palácio da Justiça – Av. General Mário Firmino Miguel n.º 2 – 2714-556 Sintra
Telef: 219100500 Faz: 211545156 Mail: sintra.diap@tribunais.org.pt

Objectivos:

Pretende-se que a estagiária fique com um conhecimento da actuação do Ministério Público nas áreas criminais, inserido no sistema judicial e com uma percepção das dificuldades da prova e concretamente dos aspectos sensíveis relacionados com o crime de violência doméstica.

Mais se pretende que a estagiária fique sensibilizada para a análise dos elementos do Processo, tendo como princípio norteador a existência de indícios probatórios suficientes, visando uma eventual condenação em sede de Julgamento.

O estágio será dirigido pela ora signatária, com a supervisão da Senhora Coordenadora da Comarca.

Sintra, 20 de Setembro de 2016

Índice

Introdução	11
Do estágio	13
1. CAPÍTULO I – Enquadramento Geral do Crime de Violência Doméstica	17
1.1. Breve evolução histórica do crime de violência doméstica e a sua autonomização	17
1.2. O crime de Violência Doméstica	19
1.2.1. Bem jurídico protegido	20
1.2.2. Tipo objectivo	22
1.2.2.1. Agente e Sujeitos passivos	22
1.2.2.2. Condutas	23
1.2.2.3. Reiteração	25
1.2.3. Tipo subjectivo	26
1.3. Penas e agravações	26
2. CAPÍTULO II – A vítima de violência doméstica e o Processo Judicial	28
2.1. A denúncia de Violência doméstica	28
2.2. Legitimidade processual	29
2.3. As medidas de coacção aplicadas ao agressor	29
2.4. O despacho final do inquérito	32
2.4.1. Despacho de arquivamento do inquérito	33
2.4.2. Despacho de suspensão provisória do processo	35
2.4.3. Despacho de acusação	39
3. CAPÍTULO III – O Direito de recusa de depoimento na audiência de julgamento ...	43
3.1. O Artigo 134.º do Código de Processo Penal – “Recusa de depoimento”	43
3.2. A testemunha – vítima de violência doméstica	46
3.3. A valoração do depoimento indirecto	51
4. CAPÍTULO IV – Declarações para memória futura	55
4.1. Os fundamentos da antecipação da prova	55
4.2. Artigo 33.º da Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro	57
4.2.1. Análise do Acórdão	60
4.3. A ressalva do n.º 7 do art.º 33	65
4.3.1. A recusa de depoimento	66
4.3.2. As falsas declarações prestadas pela testemunha, aquando das declarações para memória futura	68
4.4. O princípio do contraditório e as declarações para memória futura	70

4.5. A importância da aplicação ampla do regime ao crime de violência doméstica	71
Conclusão	74
Bibliografia	76
Jurisprudência	77
ANEXOS	81
I. Mapas Ministério Público dos inquéritos	82
II. Principais medidas de coacção aplicadas	84
III. Penas e medidas aplicadas em sede de julgamento	85
IV. Plano de actividades do Estágio Curricular	86